COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

A Copa Energia tem o prazer de apresentar seu Relatório Anual da Administração de 2023, que desempenha um papel fundamental na promoção da transparência e do compromisso com uma prestação de contas de qualidade. Além disso, com esta publicação, a empresa busca manter uma comunicação próxima com seus colaboradores, fornecedores, revendedores, parceiros de negócio, consumidores, comunidades e a sociedade em geral. Neste relatório, são fornecidas informações detalhadas sobre o perfil institucional da Copa Energia, os principais avanços e fatos corporativos do ano, prioridades de gestão no período reportado, bem como uma análise concisa do desempenho financeiro e operacional.

Além de atender às exigências da Lei das Sociedades Anônimas (nº 6.404/1976) e às recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), este relatório também inclui as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, que foram auditadas externamente pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Nesta edição do reporte, a empresa acrescentou informações e métricas alinhadas com a perspectiva de ESG (ambiental, social e de governança), que integra a estratégia empresarial. Adicionalmente, a Copa Energia publica anualmente seu Relatório de Sustentabilidade, que detalha informações e métricas mais abrangentes no âmbito do ESG, seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e com base nos temas materiais de sustentabilidade da empresa. Este Relatório da Administração é publicado simultaneamente com os resultados financeiros, seguido pelo Relatório de Sustentabilidade, que será lançado posteriormente e disponibilizado no *website*: https://www.copaenergia.com.br/sustentabilidade/.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados leitores,

O ano de 2023 foi bastante significativo em nossa jornada na Copa Energia, representando a consolidação do processo de integração das empresas Copagaz e Liquigás, resultado da aquisição em 2020. Foram meses de muito trabalho, dedicados à estruturação de uma governança sólida, aos ajustes operacionais e suas derivadas, e como não podia deixar de ser, a complexa integração de plataformas tecnológicas que sustentam nossas operações diárias, tudo isso a partir da nossa nova identidade empresarial e marca.

Buscamos capturar sinergias do negócio, avaliando cuidadosamente cada estrutura, otimizando os fluxos logísticos, macroprocessos e fortalecendo o ambiente corporativo. Nossa abordagem visou preservar o que se mostrou eficiente até aqui, no mais buscamos dinâmica alinhada com as melhores práticas, melhores processos, enfim fomos ao encontro de inovação sem perder a essência daquilo de bom que nos trouxe até aqui.

Na condução desse complexo processo, nossas equipes foram essenciais. Juntamos pessoas incrivelmente talentosas, provenientes de culturas organizacionais distintas, e as mobilizamos em torno de objetivos comuns. Mais do que isso, enfrentamos o desafio de envolver todo o time com o propósito da nova empresa, compartilhando nossa visão de futuro.

A fusão das empresas não nos transformou apenas na maior empresa do mercado de GLP da América Latina; ela nos posicionou numa perspectiva de liderar de maneira contributiva a transformação na matriz energética brasileira; isto está no cerne do nosso próprio nome, por esta razão, juntos, nós mais de 4.000 colaboradores da Copa Energia trabalhamos no projeto de redesenhar o futuro da energia no Brasil. Nosso propósito hoje é o de energizar vidas e negócios de forma sustentável.

Nesta perspectiva de futuro, compreendemos a importância de mantermos nosso compromisso com resultados e destacar que cada decisão tomada nos últimos anos foi orientada para construir a excelência de um modelo de atendimento aos nossos clientes, numa constante evolução nosso modelo de eficiência e robustecer nossa geração de receita, expandir nossos negócios e estabelecer bases sólidas para o crescimento sustentável nos próximos anos.

Nestes 3 anos de atividades registramos resultados significativos que refletem nosso compromisso com a excelência operacional e as boas práticas de mercado. A receita líquida de vendas totalizou R$ 10.274,6 milhões, em um ano em que o mercado consumiu muita atenção às variáveis econômicas que impactam na demanda e refletem em nosso negócio. Apesar desse cenário desafiador, nosso Ebitda atingiu R$ 1.119,5 milhões, representando 10,9% da receita líquida de vendas. Além disso, destacamos um aumento de 15,9% no Valor Adicionado a Distribuir em relação a 2022, resultante das estratégias de reestruturação e sinergia operacional entre as marcas Copagaz e Liquigás.

Um ponto relevante de nossa estratégia neste período de transição foi a forma legítima de relacionamento que estabelecemos com nossos stakeholders, isto fez com que percebessem e reagissem de forma contributiva durante período de integração e às mudanças estruturais que implementamos. Esta escuta desenvolvida com nossos parceiros desempenhou um papel crucial, pois foi o que nos permitiu desenvolver soluções duradouras e estruturais. A partir dessa escuta, houve um substancial aprimoramento nos processos e no funcionamento dos sistemas, o que nos deixa hoje muito mais confiantes quanto à experiência de nossos clientes e aos níveis de fidelização.

Neste período da integração, evoluímos em tecnologia, com novos sistemas, aplicativos, e melhorias de infraestrutura de TI e forte incremento de recursos financeiros e humanos no tema de segurança cibernética. A Copa Energia passa por um momento de digitalização, facilitando que seus processos sejam otimizados e automatizados, o que nos permitirá acumular uma base de dados valiosa e gerar insights importantes para ganhos de eficiência.

Cada vez mais, a inteligência de dados será uma forte aliada da nossa estratégia de negócio, tanto para direcionar os rumos da nossa expansão quanto para orientarmos a forma como devemos nos relacionar com os clientes. Em suma, a Copa Energia será uma empresa muito mais próxima do cliente, conectada e preparada para atender as expectativas dos seus públicos estratégicos.

Continuando a falar sobre o futuro, gostaria de dedicar este trecho final da minha mensagem ao compromisso que assumimos de liderar as mudanças na matriz energética nacional por meio de soluções sustentáveis. Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que o GLP representa uma fonte energética verdadeiramente única e continuará a desempenhar um papel crucial como um combustível de transição, substituindo fontes mais poluentes, à medida que alternativas de energia renovável continuam a se desenvolver.

É importante reiterar o grande potencial do GLP como uma fonte de energia de transição para alternativas mais sustentáveis. Continuamos empenhados no reconhecimento pelas entidades da importância de liberdade de outros usos do GLP. Isto possibilitaria o início imediato de uma transição de matriz mais limpa com a aplicação do GLP em motores, geradores e outros, impactando deste imediato a redução das emissões de carbono. Essa questão tem sido discutida amplamente com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) há anos, sem avanços significativos em termos de regulamentação. Neste e outros temas, temos desenvolvido com entidades acadêmicas trabalhos neste propósito a exemplo, gostaria de destacar duas pesquisas que realizamos em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Em uma delas, investigamos a eficiência do uso do GLP na geração distribuída de energia elétrica off-grid e on-grid, demonstrando um alto nível de eficiência e baixas emissões de poluentes. Em outra pesquisa, estudamos o uso do GLP na piscicultura, mais especificamente na oxigenação dos tanques de produção de alevinos, revelando ser altamente eficiente, seguro e benéfico para a agricultura familiar. Sabidamente, conduzimos esses estudos em cooperação com a ANP, fornecendo ao órgão acesso às informações técnicas, científicas e de mercado geradas, promovendo um ambiente de discussão mais produtivo sobre novos usos do GLP, baseado em relatórios de eficiências ambientais e econômicas simultaneamente.

Focando nas novas fontes de energia e alternativas renováveis, nos dedicamos a estudar, discutir e desenvolver estratégias de transição energética que estejam alinhadas com nosso modelo de negócios. Em parceria com a USP (Universidade de São Paulo), conduzimos pesquisas para definir as melhores rotas tecnológicas para a produção do bioGLP, considerando as especificidades logísticas, econômicas e de matéria-prima nacional. Esperamos incorporar uma dessas inovações ao nosso portfólio em breve, dando mais um passo sólido em nossa estratégia de descarbonização.

Ao revisitarmos nosso planejamento estratégico no final de 2023, delineamos claramente nossas principais rotas de crescimento. Estamos participando, no projeto de construção de um novo terminal no Complexo Portuário de Suape (PE), que adicionará 60 mil toneladas de capacidade de armazenamento de GLP, expandindo significativamente a infraestrutura portuária do País. À medida que fortalecemos financeiramente a empresa, reforçamos a nossa capacidade para avaliar novas oportunidades de investimento, que podem incluir ativos complementares ao nosso portfólio.

Agradeço imensamente a dedicação incansável de nossa equipe e o apoio contínuo de nossos acionistas, parceiros e clientes.

Continuaremos a enfrentar desafios com determinação, a buscar inovação e a manter nosso compromisso com a excelência de operações em todas nossas áreas de atuação.

Seguiremos firmemente comprometidos com o desenvolvimento do nosso País e região, trabalhando por um modelo energético cada vez mais sustentável, com empenho numa governança comprometida com as melhores práticas e trabalhando para o bem-estar de todos.

Antonio Carlos Moreira Turqueto
CEO da Copa Energia

1. COPA ENERGIA

1.1. Perfil organizacional

Atualmente, a Copa Energia é líder no mercado brasileiro na distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), mais conhecido como gás de cozinha, detendo 24,2% de participação, com mais de 9,4 mil revendas e operações em 24 estados e no Distrito Federal. Sua infraestrutura inclui 54 unidades operacionais, abrangendo 24 Centros Operativos e 30 Depósitos Avançados, Escritórios Comerciais e Matriz.

Com uma equipe de mais de 4.020 colaboradores diretos, a empresa está empenhada em contribuir para um futuro mais sustentável, fornecendo energia limpa e produtos essenciais que aquecem, alimentam e movem o Brasil.

Originada da aquisição da Liquigás pela Copagaz em 2020, tendo a MS Administração e Participações S/A como controladora, com 51,07% de participação, e a Holding Itausa como investidora, detendo 48,93%, a Copa Energia nasceu com a missão de proporcionar energia de maneira sustentável para vidas e negócios. Sua trajetória começou na década de 1950, quando a Copagaz foi fundada em Campo Grande (MS), e a Liquigás iniciou sua trajetória no Brasil por meio de engenheiros italianos. Ao longo dos anos, as marcas conquistaram a confiança e o prestígio de clientes e consumidores, passando a fazer parte de milhares de residências, empresas e indústrias.

1.1.1. Aspiração, Propósito e Valores

Aspiração

Liderar as mudanças da matriz energética, do Brasil para o mundo, a partir de soluções sustentáveis, confiáveis e que tragam resultados sólidos.

Propósito

Energizar vidas e negócios de forma sustentável.

Valores

Determinação - Contagiamos positivamente pessoas e negócios com nossa vontade de fazer acontecer. Superamos os obstáculos, pois acreditamos nos nossos sonhos e tornamos cada um deles realidade.

Fazemos acontecer e agimos como donos.

Respeito - Valorizamos a vida por meio da segurança e do respeito com as pessoas e com o meio ambiente. Tratamos as pessoas como gostaríamos de ser tratados. É assim que construímos um ambiente íntegro, diverso e inclusivo.

Respeitamos e valorizamos a vida, as pessoas e o meio ambiente.

Inovação - Nascemos do espírito de empreendedores e mantivemos esta natureza em nosso DNA. Pensamos fora da caixa em busca de soluções e testamos novos jeitos de fazer.

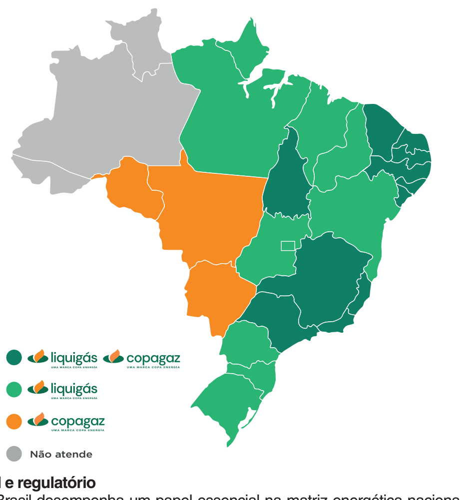
Temos a mente aberta e agimos como empreendedores.

Parceria - Estabelecemos relações sólidas com clientes, colaboradores e fornecedores. Trabalhamos em cooperação na construção dos nossos objetivos, buscando impacto positivo em tudo aquilo que fazemos.

Fazemos juntos e conversamos com empatia.

1.2. Mapa operacional

A Copa Energia conta com uma infraestrutura operacional robusta, abrangendo Centros Operativos (CO) que recebem o GLP a granel e por gasodutos, armazenam e realizam o engarrafamento dos botijões, e os Depósitos Avançados (DA), distribuídos em pontos estratégicos mais próximos às revendas e consumidores finais. Essas unidades estão organizadas por regionais operacionais, agrupadas de acordo com as sinergias que possuem.



1.3. Cenário setorial e regulatório

O setor de GLP no Brasil desempenha um papel essencial na matriz energética nacional, oferecendo uma contribuição significativa para a descarbonização da economia. Além de ser um energético de transição de baixa emissão, o GLP é reconhecido por sua facilidade de transporte e armazenamento, portabilidade, segurança e eficiência térmica.

Apesar dessas vantagens, o setor enfrenta desafios regulatórios e estruturais que limitam seu pleno potencial de crescimento e aproveitamento. Um exemplo claro desses obstáculos são as restrições legais impostas há quase três décadas (Lei 8.716, de 8/2/1991), que ainda permanecem em vigor, dificultando o desenvolvimento completo desse recurso energético excepcional.

A Copa Energia acompanha de perto as discussões setoriais e busca articular seus posicionamentos em colaboração com organizações representativas. Entre os temas regulatórios de destaque em 2023, estão iniciativas voltadas para revisão de políticas restritivas obsoletas e a promoção de um ambiente regulatório mais favorável ao desenvolvimento sustentável do setor de GLP. Conheça três tópicos selecionados e o posicionamento da Companhia.

1.3.1. Liberação de novos usos do GLP

A Copa Energia reconhece a importância de revisitar as restrições ainda presentes sobre o uso do gás em diversos segmentos, envolvendo, por exemplo, motores a combustão. Essas limitações, inicialmente estabelecidas durante a Guerra do Golfo em 1991, quando o GLP era amplamente subsidiado e havia preocupações sobre seu uso indiscriminado, estão desatualizadas diante do atual contexto econômico e de mercado.

Estudos indicam que a infraestrutura de abastecimento e distribuição é robusta o suficiente para suportar qualquer aumento na demanda decorrente da eliminação dessas restrições. Além disso, existem projeções otimistas sobre a potencial autossuficiência do mercado brasileiro até 2028. Diante desse cenário favorável, é oportuno que as restrições impostas ao uso do GLP sejam revistas e eliminadas, permitindo que o energético desempenhe seu papel integral na diversificação e na limpeza da matriz energética do país.

Embora tenham sido observados alguns progressos, como iniciativas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para explorar novos usos do GLP, acredita-se que é necessário um avanço mais significativo por parte do regulador para abandonar restrições obsoletas e permitir que o GLP realize todo o seu potencial como uma fonte de energia versátil, segura e economicamente viável.

1.3.2. Importância de respeitar a marca

A Copa Energia defende a regulação econômica que determina às empresas o uso apenas de seus botijões para envase para comercialização de GLP, compreendendo que esse é um meio de respeitar o direito de escolha do consumidor, garantindo transparência e rastreabilidade no processo. Essa medida está intrinsicamente ligada à segurança e à responsabilidade, que consolidam a base para investimentos na qualidade dos cilindros. A regulação que impõe esse requisito é essencial para manter a segurança no mercado de GLP, evitando o caos decorrente de sobreposições regulatórias estaduais e assegurando a uniformidade do mercado nacional de GLP. O cumprimento dessas normas não apenas protege os direitos do consumidor, mas também estimula investimentos e inovações que garantem a oferta contínua de produtos de qualidade a preços justos.

1.3.3. Combate à pobreza energética

A Copa Energia compreende que o acesso a uma energia segura é um direito dos brasileiros. Por isso, promove e valoriza iniciativas que facilitem o acesso de populações vulneráveis ao GLP, de forma a evitar que elas migrem para o uso doméstico de lenha e carvão, que representam uma maior exposição ao risco de desenvolver problemas cardiorrespiratórios, cardiovasculares, entre outros riscos à saúde.

Por um lado, a empresa incentiva o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao combate à pobreza energética, a exemplo do Auxílio Gás, programa governamental de auxílio à compra do gás de cozinha, que hoje beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias de baixa renda.

Recentemente, foram propostos no Congresso Nacional aprimoramentos a esse benefício, incluindo a vinculação do auxílio à compra efetiva de GLP (garantia do uso do recurso para essa finalidade), bem como a extensão de sua vigência por 10 anos - melhorias que a empresa avalia positivamente.

Importante mencionar que, além do âmbito regulatório, a Copa Energia tem atuado em parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs) para fomentar oportunidades de geração de renda para membros de comunidades vulneráveis e promover desenvolvimento socioeconômico por meio do setor do GLP. Com a organização Gerando Falcões, por exemplo, a empresa realizou um projeto para atrair e desenvolver revendedores, que ganharam capacitação para atuarem como parceiros do negócio e promotores de uma energia segura nas comunidades.

1.4. Produtos e soluções

A Copa Energia apresenta um portfólio de produtos e serviços baseados na oferta de GLP, que é uma mistura de gases derivados do petróleo, principalmente propano e butano. Conheça a seguir os segmentos em que o GLP é comercializado e as suas aplicações:

1.4.1. Segmento residencial

O GLP é utilizado amplamente nos lares brasileiros como combustível para cocção de alimentos, sendo conhecido popularmente como gás de cozinha, porém há outras possibilidades de uso do GLP como aquecimento de chuveiro e torneira, secadora de roupa e climatização de ambientes internos e externos. O principal produto adquirido pelas famílias é o botijão de 13 kg (P13), tamanho conveniente para ser transportado, manuseado e substituído. Atualmente, o segmento residencial responde por 73,0% das vendas de GLP da Copa Energia, o que demonstra a força da empresa nas casas das famílias brasileiras.

1.4.2. Segmento empresarial

Por oferecer alta eficiência energética, um custo até 26,0% menor do que outras fontes de energia e menos emissões de gases poluentes, o GLP da Copa Energia é uma solução confiável, sustentável e econômica para indústrias de variados portes, comércios, prestadoras de serviços, agronegócios e condomínios.

O abastecimento pode ser programado e geralmente é realizado por meio de autotanques que transportam o GLP até recipientes instalados nos clientes, que também podem adquirir recipientes transportáveis de 20 kg, 45 kg ou 90 kg.

Atualmente, o segmento empresarial responde por 27,0% do volume de vendas da Copa Energia:

GLP para indústrias: amplamente utilizado em fornos siderúrgicos, secagem de papel, pintura automotiva, produção têxtil, pasteurização de alimentos, cerâmica, fundições, moldagem de vidros, entre outros processos.

GLP para o agronegócio: garante flexibilidade, segurança e redução de custos na produção agrícola, sendo aplicado na secagem e torrefação de grãos, aquecimento em estufas, ciclos frigoríficos, entre outras atividades.

GLP para comércios e serviços: está presente em restaurantes, padarias, lavanderias, hotéis, entre outros estabelecimentos, para climatização, secagem de roupas, aquecimento de água, esterilização e cocção de alimentos.

GLP para condomínios: podem se beneficiar do GLP como uma fonte complementar ou substituta de energia, com isenção de taxa de consumo mínimo, contas individualizadas e assistência 24 horas por dia.

1.4.3. Outras soluções

A Copa Energia oferece soluções complementares aos produtos e serviços baseados no GLP, que adicionam produtividade, conveniência e flexibilidade ao portfólio. Conheça algumas delas:

Purogas: gás para aerossóis livre de impurezas, odor e umidade, utilizado na fabricação de produtos como desodorantes, cosméticos, alimentos, medicamentos e inseticidas. Não contribui para o efeito estufa e não é carcinogênico.

Gás Station: sistema de reabastecimento de empilhadeiras que permite operação direta na máquina, sem a necessidade de troca de cilindros. A versão Fast Gás Station é 30% mais rápida e 70% mais leve.

Skid Tank: soluções móveis que funcionam como centrais de GLP, montadas em estruturas metálicas de fácil transporte, ideais para instalações sazonais ou onde o abastecimento no local de consumo não é viável.

Flexgas: resultante da mistura de GLP com ar, com características de queima similares ao Gás Natural (GN). Pode substituir ou ser usado como backup ao GN, sem a necessidade de intervenções operacionais.

Medição individualizada: permite ao cliente pagar somente pelo que consome, sem nenhuma taxa mínima, abandonando o sistema de rateio. Ideal para condomínios residenciais, comerciais e shoppings centers.

1.5. Estrutura de Administração

A estrutura de governança da companhia é composta por Acionistas, Conselho de Administração, respectivos comitês de assessoramento (Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Finanças) e Diretoria Estatutária. A eleição de membros do Conselho de Administração é realizada em Assembleia Geral, com votação dos acionistas, enquanto os membros da Diretoria Estatutária e dos comitês são eleitos pelo Conselho. O CEO da companhia acumula a função de Presidente do Conselho de Administração. O atual mandato dos órgãos de governança continuará vigente até 15 de fevereiro de 2025.

Conselho de Administração	
Nome	**Cargo**
Antonio Carlos Moreira Turqueto	Presidente do Conselho
Alfredo Egydio Setubal	Membro do Conselho
Jairo Eduardo Loureiro Filho	Membro do Conselho
Lavinia Rocha de Hollanda	Membro do Conselho
Vicente Furletti Assis	Membro do Conselho
Rodolfo Villela Marino	Membro Suplente do Conselho
Pedro João Zahran Turqueto	Membro Suplente do Conselho
Guilherme Setubal Souza e Silva	Membro Suplente do Conselho

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração		
Comitê de Finanças	Pedro João Zahran Turqueto	Presidente
	Jairo Eduardo Loureiro Filho	Membro
	Marcos Mattar Mesquita	Membro
	Bárbara Nogueira Gaspar	Secretária
	Stefanie Samaan	Secretária Adjunta
Comitê de Auditoria	Henri Penchas	Presidente
	Lavinia Rocha de Hollanda	Membro
	Luciano Dequech	Membro
	Cleber Hideki Hamada	Membro
	Priscila Grecco Toledo	Membro e Secretária
Comitê de Pessoas	Pedro João Zahran Turqueto	Presidente
	Rodolfo Villela Marino	Membro
	Claudia Meirelles	Membro
	Vera Regina Benedet Barreiros	Membro
	Luciano Dequech	Secretário

2. ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1. Compromissos e metas ESG

A Copa Energia realizou uma revisão de seus compromissos em sustentabilidade, alinhados aos direcionadores estratégicos da companhia. Uma das mudanças significativas foi a integração dos eixos Cadeia de Valor e Foco no Cliente, visando promover uma gestão mais integrada e madura dos temas e stakeholders abordados.

Quatro compromissos ESG que reafirmam o propósito da Copa Energia "energizar vidas e negócios de forma sustentável"			
Ética e Governança	**Nossas Pessoas**	**Foco no Cliente e Cadeia de Valor**	**Meio Ambiente**
Temas prioritários: • Ética e transparência • Governança corporativa	**Temas prioritários:** • Saúde, segurança, bem-estar e desenvolvimento do colaborador • Diversidade e inclusão	**Temas prioritários:** • Segurança, disponibilidade e acessibilidade do produto • Responsabilidade na cadeia de valor • Integridade, confiabilidade e resiliência da rede de distribuição	**Temas prioritários:** • Eficiência energética e emissões de gases de efeito estufa • Energia renovável
Compromisso: Cultivar relações éticas com todos os públicos de relacionamento e manter as melhores práticas de governança. **ODS relacionados:** 16 - Paz, justiça e instituições fortes	**Compromisso:** Criar um ambiente seguro, diverso, inclusivo e de desenvolvimento contínuo para os colaboradores. **ODS relacionados:** 5 - Igualdade de gênero 8 - Emprego digno e crescimento econômico	**Compromisso:** Fazer a energia chegar todos os dias de forma segura e acessível ao maior número possível de clientes. Promover uma gestão responsável da cadeia de valor, buscando integrar critérios ESG na relação com os parceiros de revenda. **ODS relacionados:** 2 - Fome zero 7 - Energia acessível e limpa 9 - Indústria, inovação e infraestrutura e 17 - Parcerias em prol das metas	**Compromisso:** Entregar soluções em energia alinhadas com uma economia de baixo carbono e mitigar os impactos ambientais da nossa operação. **ODS relacionados:** 7 - Energia acessível e limpa 13 - Combate às alterações climáticas

É importante destacar que esses compromissos e metas ESG também estão alinhados a um processo de consulta realizado pela Copa Energia em 2022 com todos os seus stakeholders, com o objetivo de identificar os principais impactos relacionados ao seu negócio e priorizá-los para uma gestão estratégica. Esse processo resultou na criação de uma Matriz de Materialidade ESG.

Tanto os compromissos ESG quanto a Matriz de Materialidade são apresentados no Relatório de Sustentabilidade da Copa Energia. Na edição de 2023, que será divulgada posteriormente a esta publicação, as metas específicas serão divulgadas de forma inédita. Para mais informações, acesse: www.copaenergia.com.br/sustentabilidade.

2.2. Marca e comunicação

Nos últimos anos, a Copa Energia embarcou em um dos projetos mais estratégicos de comunicação e marketing: o *debranding*. Essencialmente, esse processo implicou na substituição dos elementos visuais das marcas anteriores pela identidade distintiva da Copa Energia, demandando um investimento considerável de R$ 91,0 milhões.

Além disso, em 2023, um esforço substancial foi dedicado ao fortalecimento da presença digital da Copa Energia, levando a empresa a ultrapassar os 630 mil seguidores em todos os seus canais externos e se tornar a mais seguida do setor de GLP no Instagram.

2.3. Inovação no setor de energia

A Copa Energia tem sido pioneira em introduzir uma série de inovações no setor de GLP, abrangendo melhorias operacionais, segurança e soluções para o segmento empresarial. Nos últimos anos, a empresa tem intensificado seus esforços para promover um ambiente de negócios mais propício à inovação, expandindo suas conexões com universidades, startups, hubs, órgãos públicos e organizações do terceiro setor.

Como parte dessa estratégia, surgiu o Copa Labs, esse espaço promove a geração de ideias, discussões e execução de projetos, fortalecendo as conexões com outros agentes de transformação e fomentando uma cultura de inovação. Os pilares do Copa Labs incluem melhorias na eficiência operacional, identificação de oportunidades de negócio escaláveis e rentáveis, aprimoramento da experiência do cliente e promoção da cultura de inovação interna.

A Copa Energia também tem marcado presença em eventos importantes de inovação, como o Startup Weekend Energy e o Startup Summit 2023, e foi reconhecida com dois troféus no 1° Prêmio de Intraempreendedorismo da AEVO, destacando-se entre mais de 27 mil projetos de mais de 90 empresas.

2.3.1. Pesquisa e desenvolvimento

A Copa Energia tem intensificado seus esforços em pesquisa e desenvolvimento, focando na inovação em energias sustentáveis, por meio de parcerias estratégicas com instituições acadêmicas de renome. As colaborações com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade de São Paulo (USP) são exemplos notáveis desses esforços:

Com a UFMS, a Copa Energia explora novas aplicações do GLP, visando sua utilização como combustível de transição sustentável em setores como geração de energia distribuída e agronegócio. Os projetos preveem o uso do GLP em grupos motores geradores e na aeração de tanques para aquicultura, demonstrando a viabilidade econômica, a eficiência energética e a sustentabilidade desse combustível em diversas aplicações. A iniciativa recebeu autorização especial da ANP, sublinhando seu potencial de contribuição para a transição energética no Brasil.

Paralelamente, a parceria com a USP foca no desenvolvimento do bioGLP, um substituto sustentável ao GLP fóssil, com a meta de introdução no mercado brasileiro entre 2024 e 2025. A pesquisa abrange a análise de rotas tecnológicas para a produção de bioGLP a partir de fontes renováveis, como resíduos, bagaço de cana-de-açúcar e óleos vegetais, o que representa uma redução significativa de emissões em comparação ao GLP convencional. Esse projeto é desenvolvido no Hub de Energias Renováveis da USP, inaugurado em 2023.

2.4. *Compliance* e riscos

2.4.1. Programa de *Compliance*

A Copa Energia possui um robusto Programa de *Compliance* que visa prevenir, detectar e corrigir não conformidades com leis, regulamentos, políticas e diretrizes, promovendo o combate à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e desvios de comportamento. Um dos alicerces desse programa é o Código de Conduta Ética (disponível em: https://www.copaenergia.com.br/codigo-de-conduta), que define princípios de conformidade e ética, estabelece atitudes não toleradas pela organização e contribui para fortalecer a cultura de ética e transparência em seu ambiente e relações.

2.4.2. Comunicação e treinamentos

Para fortalecer a cultura de *compliance* e adesão às diretrizes do programa, a Copa Energia conta com os Agentes de Integridade, responsáveis por capacitar colaboradores para atuarem como promotores de atitudes responsáveis e éticas, levando informações sobre o tema e bons exemplos para seus colegas de trabalho. Atualmente, 60 profissionais estão designados e treinados para essa missão.

A empresa mantém um plano de comunicação constantemente atualizado, com publicações quinzenais para todos os colaboradores. Em 2023, foi realizada a primeira Semana de *Compliance* da Copa Energia, promovendo uma agenda presencial e remota de capacitação e discussão sobre cultura, valores, ética e integridade entre outros.

2.4.3. Canal de Denúncias

Quem identificar um colaborador ou parceiro da empresa em situação que possa envolver violações de leis e conduta, tais como fraude, corrupção, assédios, conflitos de interesses, entre outros, deve entrar em contato com Canal de Denúncias da Copa Energia. O contato pode ser feito de forma anônima ou identificada, e é garantida a confidencialidade da identidade do denunciante. O canal é gerenciado por uma empresa terceirizada e independente, e as apurações são feitas por uma estrutura própria da área de Riscos e *Compliance*. Em todos os casos, é garantido tratamento independente e imparcial, de forma que o denunciante esteja protegido de qualquer tipo de retaliação.

2.4.4. Controles internos

A Copa Energia mantém sistemas de controle interno com o objetivo de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e a confiabilidade das informações financeiras e, assim, promover a conformidade com a legislação e as políticas.

O ambiente de controle da Companhia é baseado nas três linhas de defesa. A primeira é composta pelos gestores dos processos, responsáveis por identificar e avaliar riscos de processo, bem como por desenhar, implementar e executar os controles que mitigarão os riscos.

A segunda linha de defesa atua em conjunto com outras áreas, de modo que a estrutura apoie os gestores de processos, assessorando na definição e adoção de controles, fornecendo suporte metodológico e auxiliando na definição de políticas e procedimentos.

A terceira linha de defesa é composta pela Auditoria Interna e seu papel é avaliar a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, realizando testes nos controles e analisando como as demais linhas de defesa alcançam os objetivos do gerenciamento de riscos e do controle.

2.4.5. Gestão de riscos corporativos

Em 2023, a Copa Energia revisou e atualizou seu Mapa de Riscos Corporativos, aprimorando a abordagem de temas relacionados à atual estratégia de negócio. Além dos aspectos contemplados, como financeiros, operacionais, mercadológicos, reputacionais e de recursos humanos, o novo desenho incorpora mais aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança), contribuindo para a implementação de medidas de prevenção e mitigação dentro dessa perspectiva.

O gerenciamento de riscos é permanentemente orientado e acompanhado pelo Conselho de Administração da Copa Energia. Para fortalecer a governança nesse âmbito, foi criado um Comitê de Riscos composto pelo CEO, Vice-presidentes e Diretor Jurídico, *Compliance* e Riscos, que contribuirá para conferir maior robustez a essa estrutura de gestão.

3. FOCO NO CLIENTE

3.1. Gestão e desempenho comercial

Em 2023, o volume de GLP comercializado pela Copa Energia totalizou 1.798,5 mil toneladas, dividido entre 23,0% para o segmento a granel e 77,0% para o envasado. Esse resultado manteve-se estável em relação ao ano anterior.

Para alcançar resultados sólidos e duradouros, a Copa Energia implementou medidas estruturantes em 2023, incluindo a revisão completa de normas e processos comerciais, a reorganização dos times de consultores de atendimento e vendas, e a padronização de materiais e ferramentas de suporte, além de outras melhorias. A empresa fortaleceu suas equipes, criando, por exemplo, uma área de Serviço de Atendimento ao Cliente *(Customer Service)*, e aprimorou a plataforma de gerenciamento do relacionamento com o cliente (CRM).

Reconhecendo a importância dos canais digitais, a Copa Energia reformulou extensivamente suas plataformas e canais de relacionamento com os clientes empresariais e revendas, planejando relançamentos para 2024 que prometem transformar a experiência com a empresa.

3.2. Operações e qualidade

Ao longo de 2023, a Copa Energia deu um grande passo na melhoria contínua de suas operações com o desenvolvimento e implementação do projeto ECO - Excelência Copa Energia em Operações. Este projeto foi concebido para aumentar a eficiência operacional, eliminar desperdícios e elevar a qualidade em todas as etapas das operações, adotando uma abordagem inspirada nos princípios do Lean - metodologia focada na criação de valor com o mínimo de desperdício possível, buscando otimizar processos, diminuir custos e o tempo de produção, além de melhorar significativamente a satisfação dos clientes.

Após um programa de capacitação liderado pela Diretoria de Operações, o processo foi implantado em 24 unidades, envolvendo mais de 2 mil colaboradores. Para assegurar a compreensão plena desse modelo de trabalho por todos os funcionários, 500 deles já receberam treinamento. Além disso, o projeto conta com 5 multiplicadores, que apoiam o processo de implementação.

Paralelamente, a empresa tem investido na construção e reforço de uma cultura de qualidade, suportada por uma estrutura sólida de políticas, normas e procedimentos. Um marco importante em 2023 foi a renovação da certificação do Sistema de Gestão Integrado no Centro Operativo de Capuava, em São Paulo, posicionando a Copa Energia como pioneira no setor de distribuição de GLP a obter tal distinção. Este reconhecimento, alcançado após a 15ª auditoria, reafirma o compromisso da empresa com a excelência, aderindo rigorosamente às normas NBR ISO 9001:2015 (Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001:2015 (Gestão Ambiental) e NBR ISO 45001:2018 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional).

3.3. Eficiência logística

Nos últimos anos, a gestão logística na Copa Energia tem passado por uma evolução significativa, caracterizada por processos mais dinâmicos, governança mais eficiente e adoção de plataformas de gestão baseadas em dados, que orientam uma tomada de decisão assertiva. Um exemplo notável é o Copa Tower, um sistema capaz de monitorar e gerar rotas otimizadas para entregas, melhorando a eficiência logística do transporte.

Essas melhorias, combinadas com o Copa Tower, alcançaram resultados significativos. Houve uma redução de 450 mil quilômetros rodados em comparação com 2022. Além disso, observou-se uma melhoria de 5% no peso de GLP transportado por quilômetro rodado, refletindo a otimização do processo logístico. A empresa também alcançou a meta de On Time Delivery (OTD), que mede o nível de serviço logístico oferecido.

Comprometida com uma operação logística mais sustentável, a Copa Energia realizou a substituição da gasolina pelo etanol para abastecer a frota leve, que inclui cerca de 700 veículos utilizados pela equipe de vendas e unidades operacionais. Anteriormente, metade da frota operava com gasolina, enquanto hoje 90% dos veículos utilizam etanol, o que evitou a emissão de 1.092 toneladas de carbono.

4. PESSOAS E CULTURA

4.1. Cultura organizacional

A Copa Energia tem dedicado esforços substanciais para fortalecer sua cultura organizacional influenciada não apenas pela integração de toda sua força de trabalho, mas também pela formulação de um novo propósito no setor de energia.

Para promover a cultura da Copa Energia e fomentar a identificação e o engajamento dos colaboradores, a empresa investiu nos últimos anos em iniciativas de comunicação, fortalecimento do relacionamento e desenvolvimento, especialmente direcionadas às lideranças. Essas lideranças foram incumbidas da missão de envolver as pessoas com os objetivos da empresa por meio de um diálogo próximo e transparente, inspirando-as por meio do exemplo.

4.2. Plano de carreira

Em 2023, a Copa Energia consolidou uma ampla reestruturação da jornada de carreira, visando incentivar o protagonismo dos colaboradores, harmonizar as trajetórias profissionais da Operação e oferecer clareza sobre as diversas possibilidades de desenvolvimento dentro da empresa. Esse processo resultou no lançamento do Copa Carreiras, no início de 2024.

A reestruturação no ano seguinte da fusão entre Copagaz e Liquigás, com a análise e revisão de cargos e salários, bem como a simplificação do organograma. Para exemplificar a otimização realizada, em posições de liderança e operacionais, o número de títulos de cargo foi reduzido significativamente, de 58 para 19.

Trilhas de Carreira foram criadas para apresentar aos colaboradores as diferentes opções de caminhos dentro da empresa, os requisitos para cada função e os mecanismos de reconhecimento por desempenho.

Para dar sustentação a esse processo, também foram estruturadas Trilhas de Aprendizagem, contemplando oportunidades de desenvolvimento coletivas e individuais, obrigatórias e voluntárias, pontuais e contínuas, realizadas internamente e por meio de parcerias.

4.3. Diversidade e inclusão

A Copa Energia encerrou o ano de 2023 com um total de 4.020 colaboradores, representando um aumento de 7,0% em relação ao ano anterior.

No que diz respeito à representatividade de gênero, as mulheres compõem 16% da equipe, refletindo os desafios persistentes de aumentar a participação feminina no setor de GLP. Em termos de diversidade racial, 65% dos colaboradores são brancos, enquanto 32% são pardos ou negros. Os líderes e especialistas representam 10% do quadro de profissionais, incluindo supervisores, coordenadores, gerentes, diretores, vice-presidentes, CEO e conselheiros.

A Copa Energia está empenhada em promover um ambiente diverso e inclusivo, onde todos os colaboradores se sintam respeitados, seguros, engajados com o propósito da empresa e com acesso a oportunidades igualitárias de desenvolvimento profissional e de carreira. Em 2023, reconhecendo a importância estratégica desse tema, a empresa deu importantes passos para fortalecer a pluralidade de seu ambiente de trabalho e avançar na agenda de Diversidade e Inclusão (D&I).

Uma medida estruturante foi a realização de um Censo de Diversidade, visando aprofundar o conhecimento sobre o perfil da força de trabalho em termos de gênero, faixa etária, origem, raça e etnia, identidade e orientação sexual, tipos de deficiência, entre outros recortes. O levantamento alcançou 80% de participação voluntária, e seus resultados serão utilizados para desenvolver estratégias de inclusão assertivas ao longo de 2024, que possam abordar os desafios identificados, incluindo questões de representatividade e acessibilidade.

Para impulsionar avanços significativos na gestão de D&I, a Copa Energia destaca o engajamento da alta liderança, com a designação de responsabilidades diretas sobre o tema. Foi criado um Comitê Executivo de Diversidade, denominado Copa Plural, liderado por membros da Diretoria Executiva, com a responsabilidade de promover a execução da estratégia de D&I na empresa.

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/12/COPAENERGIA1574826012032024.pdf

Hash:1710192601df9e1ab3138248a0aae8ea6a1805b859

continuação

COPA energia

copagaz liquigás

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4.4. Saúde ocupacional e segurança do trabalho

A Copa Energia está firmemente comprometida em proteger a saúde e a integridade de seus colaboradores, reduzindo riscos e prevenindo acidentes no ambiente de trabalho, com o objetivo de promover um ambiente laboral seguro e saudável.

Em conformidade com a legislação vigente, a Copa Energia possui um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) que subsidia o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), desdobrando-se em outras iniciativas como o Programa de Conservação Auditiva. Em 2023, foi criado o Comitê de Saúde Auditiva com o objetivo de prevenir danos relacionados aos níveis de ruído no ambiente de trabalho.

4.4.1. Programa Respeito pela Vida

Em 2023, a Copa Energia estruturou e lançou o Programa Respeito pela Vida, com o objetivo de fomentar uma cultura proativa de saúde e segurança do trabalho e garantir a integridade de todos os colaboradores. Esse programa é composto por seis pilares: comunicação, análise de eventos e acidentes, conformidade legal, preparação e resposta a emergências, análise de riscos nas operações e validação/auditoria, desdobrados em 36 ações monitoradas em cada uma das unidades operacionais.

É importante ressaltar que as atividades de maior risco para acidentes estão relacionadas à distribuição de GLP a granel, enquanto o risco de lesões está mais associado ao esforço gerado no processo de carga e descarga de botijões P-13. Para prevenir ocorrências desse tipo, a Copa Energia está realizando novos estudos técnicos de riscos e ergonomia, além de implementar melhorias em instalações e procedimentos.

Com relação aos indicadores de saúde e segurança, destaca-se que, em 2023, não foram registrados casos de doenças ocupacionais de comunicação obrigatória, nem óbitos entre os colaboradores e terceirizados.

5. MEIO AMBIENTE E COMUNIDADE

5.1. Gestão ambiental

A Copa Energia está comprometida com uma gestão ambiental que prioriza a preservação dos recursos naturais e a mitigação dos riscos associados às suas atividades operacionais. Os principais riscos ambientais identificados estão relacionados ao manuseio de materiais perigosos (combustíveis, tintas, solventes e outros), resíduos e efluentes, emissões atmosféricas, uso do solo e licenças ambientais.

Com foco nessas áreas críticas de risco, a equipe de Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança (QSMS) segue atenta a oportunidades de melhoria de gestão. Em apoio às unidades operacionais, foram criados e revisados procedimentos corporativos para as atividades ambientais, incluindo uma especificação técnica para a contratação de serviços ambientais. Os resíduos classificados como perigosos continuam a ser destinados para coprocessamento e monitorados de forma centralizada pela área de QSMS, que apurou a geração de 159 gramas dessa classe de resíduos por tonelada de GLP envasado em 2023. Na gestão hídrica, os centros operativos seguem com o bem-sucedido sistema de reuso de água, criando um ciclo fechado para a lavagem de botijões, evitando desperdício nesse processo.

5.2. Clima e emissões

A Copa Energia coloca a questão das mudanças climáticas no centro de sua visão de futuro e estratégia de negócios, demonstrando seu compromisso com a liderança na transição energética do setor. A empresa se dedica a buscar ativamente oportunidades que favoreçam a adoção de uma economia de baixo carbono e está empenhada em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa.

Em 2023, a Copa Energia alcançou um marco significativo ao substituir o combustível da sua frota leve, trocando a gasolina pelo etanol. Essa mudança resultou numa diminuição notável de 10% nas emissões de CO^2. Para o ano de 2024, a empresa planeja realizar uma análise detalhada de projetos de descarbonização, com o objetivo de apoiar decisões sobre novos negócios e identificar outras oportunidades de redução de emissões.

Anualmente, a empresa também divulga o seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) por meio da plataforma de Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro do GHG Protocol. Para mais informações, acesse: https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/1521.

5.3. Gestão social

Entre as ações destacadas de 2023, estão parcerias com organizações como Betterfly, que incentiva doações por meio de hábitos saudáveis, e a Lavanderia Social, que oferece serviços gratuitos a pessoas em situação de rua em São Paulo; contribuições ao abrigo de mulheres vítimas de violência e às vítimas das enchentes em São Paulo; a colaboração com a Eats for You, visando fornecer refeições saudáveis feitas por pessoas em situação de vulnerabilidade social; e doações de GLP a diversas instituições. A empresa também patrocinou projetos por meio de incentivos fiscais, totalizando R$ 1,0 milhão, e investiu R$ 1,23 milhão de recursos próprios em projetos socioambientais internos e externos.

A empresa mantém a Fundação Ueze Zahran, que apoia projetos educativos, culturais e ambientais em Campo Grande/MS, destacando-se pela Orquestra Infanto Juvenil Grupo Zahran, uma iniciativa que promove a cultura indígena.

Além disso, a empresa é associada ao Instituto Ethos e integrante da Rede Brasileira do Pacto Global das Nações Unidas. Em 2023, durante a Conferência Ethos 360º, foi reconhecida pela instituição uma das primeiras empresas signatárias da organização, 25 anos atrás, na época representada pela Copagaz.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. Resultados e principais indicadores

A Copa Energia apresenta a seguir um resumo dos principais números e indicadores de 2023:

Resultados (R$ milhões)	2023	2022
Volume vendido total (em tonelagem mil)	1.798,5	1.821,1
Receita líquida das vendas	10.274,6	11.741,1
Lucro Bruto (LB)	2.278,7	1.824,5
Lucro Líquido (LL)	523,3	300,1
Ebitda	1.119,5	890,8
Margens		
Margem Líquida	5,1%	2,6%
Margem Ebitda	10,9%	7,6%
Dados Financeiros (R$ milhões)		
Ativo Total (AT)	5.419,8	5.231,1
Patrimônio Líquido (PL)	2.298,0	1.931,5
Indicadores de Produtividade		
Empregados (nº)	4.020	3.755
Lucro Líquido por empregado (R$ mil)	130,2	79,9
Ativo por empregado (R$ mil)	1.348,2	1.393,1

6.1.1. Receita líquida de vendas

Em 2023, a receita líquida de vendas totalizou R$ 10.274,6 milhões. O volume de GLP comercializado em 2023 foi menor do que em 2022, reflexo da retração do mercado, principalmente no mercado residencial, devido à inflação e à taxa de juros em alta, influenciando o poder de compra das famílias de baixa renda.

6.1.2. Custo dos produtos e serviços vendidos

O custo dos produtos e serviços vendidos em 2023 totalizou R$ 7.995,9 milhões, 77,8% da receita líquida de vendas, redução de custos de 6 p.p. comparado a 2022, influenciada pela redução do volume vendido.

6.1.3. Despesas operacionais

As despesas operacionais do ano totalizaram R$ 1.325,2 milhões, 12,9% da receita líquida de vendas. A Administração da Copa Energia realiza esforços contínuos para a redução das despesas, revisão da estrutura organizacional e maior eficiência operacional com vistas à melhoria dos resultados para os próximos períodos.

6.1.4. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido foi uma despesa líquida de R$ 263,8 milhões, decorrente, principalmente, dos encargos financeiros remuneratórios das dívidas contraídas para a aquisição da Liquigás. Em 2023, houve um aumento de R$ 43,3 milhões de receita financeira sobre aplicações e uma queda de R$ 16,9 milhões de juros pagos sobre debêntures em relação ao ano de 2022.

6.1.5. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O valor apurado foi R$ 170,4 milhões o que corresponde a uma alíquota efetiva de 24,6% do lucro antes dos impostos. O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos.

6.1.6. Ebitda

Em 2023 o lucro antes do resultado financeiro líquido, dos tributos sobre o lucro e da depreciação e amortização - Ebitda no inglês, atingiu R$ 1.119,5 milhões, representando 10,9% da receita líquida de vendas.

Ebitda em R$ milhões	2023	2022
Lucro Líquido (LL)	523,3	300,1
Resultados Financeiros Líquidos	263,8	309,6
Corrente e Diferido (IR+CS)	170,5	126,8
Depreciação e Amortização	161,9	154,3
Ebitda*	**1.119,5**	**890,8**

** calculado conforme Resolução CVM156/2022 que revoga Instrução CVM527/2012*

6.1.7. Demonstração do valor adicionado

A Copa Energia em 2023 registrou aumento de 15,9% no valor adicionado a distribuir, em relação a 2022, resultado da reestruturação e sinergia operacional das marcas Copagaz e Liquigás.

De cada R$ 1,00 de receita obtida pela Copa Energia no ano, R$ 0,15 foi distribuído entre diferentes stakeholders: empregados e administradores (remuneração e benefícios); governo (tributos); terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis); acionistas (dividendos); e retidos na forma de reservas de parte do lucro do exercício, conforme estabelecido pelos artigos 193 (reserva legal) e 196 (retenção de lucros) da Lei 6.404/1976.

Valor Adicionado em R$ milhões	2023	2022
Receitas	**10.314,6**	**11.834,3**
Insumos adquiridos de terceiros	(8.407,1)	(10.158,8)
Valor Adicionado Bruto	**1.907,5**	**1.675,4**
Retenções (depreciação e amortizações)	(164,8)	(154,3)
Valor Adicionado Líquido	**1.742,7**	**1.521,2**
Valor Adicionado recebido em transferência	(246,9)	(230,4)
Valor Adicionado a Distribuir	**1.495,7**	**1.290,7**

Distribuição do Valor Adicionado	2023		2022	
Empregados	603,2	40,3%	648,8	50,3%
Governo	325,7	21,8%	275,9	21,4%
Terceiros	43,6	2,9%	65,9	5,1%
Acionistas	200,0	13,4%	65,9	5,1%
Lucros Retidos	323,3	21,6%	234,3	18,1%
Valor Adicionado Distribuído	**1.495,7**	**100,0%**	**1.290,7**	**100,0%**
Valor Adicionado Distribuído/Receitas	**0,15**		**0,11**	

6.1.8. Endividamento

A gestão de capital da Copa Energia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando a continuidade do seu negócio e o aumento de valor para os acionistas. O endividamento líquido calculado por meio da soma do endividamento de curto e de longo prazo, subtraído de caixa e equivalentes de caixa, foi de R$ 1,3 bilhão.

O saldo da dívida bruta, ao final do exercício de 2023, ficou em R$ 1,8 bilhão, uma redução de 13% em relação ao saldo de 2022. Em 2023, a Copa Energia fez o reperfilamento da dívida com a 5ª Emissão de Debêntures e o pré-pagamento da 4ª Emissão de Debêntures, que propiciaram a redução da taxa média da dívida e alongou o prazo. Atualmente o endividamento da Copa Energia é composto de 97% em debêntures e 3% em operação de capital de giro, LOAN 4131 e FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Endividamento Líquido em R$ milhões	2023	2022
Empréstimos e financiamentos Curto Prazo	291,5	356,1
Empréstimos e financiamentos Longo Prazo	1.540,8	1.751,7
Dívida Bruta	**1.832,4**	**2.107,8**
Caixa e equivalentes de caixa	(522,7)	(275,0)
Dívida Líquida	**1.309,6**	**1.832,8**
Endividamento líquido / Ebitda	**1,2**	**2,1**
Endividamento líquido / (Endividamento líquido + PL)	**36,2%**	**48,7%**

6.2. Investimentos

Em 2023, o montante de investimentos (Capex) realizado na Copa Energia foi de R$ 279,7 milhões. Os recursos foram destinados a:

Manter, modernizar, ampliar e adequar a infraestrutura operacional, equipamentos de transporte e frota de distribuição de GLP e outros, nas unidades de negócio da companhia (Centros Operativos e Depósitos).

Novos negócios e para adequar, ampliar e manter instalações de centrais GLP granel em clientes.

Garantir a requalificação e a distribuição de GLP por meio da reposição de botijões/vasilhames.

Manter a infraestrutura de bens móveis com as condições necessárias para prestar suporte administrativo adequado ao negócio.

Pesquisa e desenvolvimento de novos usos do GLP e Purogas.

6.3. Perspectivas para 2024

Com base em seu sólido compromisso com a excelência operacional, a inovação e a sustentabilidade, a Copa Energia está pronta para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do próximo ano. Diante do processo intenso de desalavancagem e da robustez de seu caixa, a empresa inicia um novo ciclo de crescimento sustentável em 2024. Este novo capítulo marca não apenas uma fase de consolidação, mas também de expansão estratégica em direção a novos horizontes, incluindo a diversificação dos negócios em direção à energia limpa, em total sintonia com seu propósito de "energizar vidas e negócios de forma sustentável".

Em meio a um cenário dinâmico e desafiador no setor de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), a Copa Energia se posiciona como uma líder proativa e visionária, comprometida em impulsionar a inovação tecnológica e aprimorar a experiência do cliente. Em colaboração com instituições acadêmicas de renome, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a empresa seguirá investindo em pesquisas para desenvolver novas soluções e tecnologias que promovam o uso eficiente e sustentável do GLP.

Em paralelo, a empresa continua a advogar por um ambiente regulatório mais transparente e favorável para o setor de GLP, diante de temas prementes como a liberação dos novos usos do GLP, o enfrentamento da pobreza energética, as mudanças na alíquota do ICMS dos combustíveis e os seus impactos para a precificação do GLP, entre outros temas.

Com uma visão otimista e uma estratégia sólida, a Copa Energia está preparada para enfrentar os desafios do novo ano e consolidar sua posição como uma líder no setor de energia, contribuindo para um futuro mais sustentável.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	522.717	274.963
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	6	433.756	491.992
Estoques	7	121.987	172.521
Imposto de renda e contribuição social	16.1	3.998	14.323
Impostos e contribuições	16.4	100.749	99.429
Despesas antecipadas		26.200	14.981
Outros ativos		8.659	11.448
		1.218.066	1.079.657
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	69.040	–
		1.287.106	**1.079.657**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes, líquidas	6	40.795	36.162
Cauções e depósitos judiciais	24.2	61.137	65.029
Imposto de renda e contribuição social	16.1	14.554	13.161
Impostos e contribuições	16.4	105.155	91.547
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	–	7.101
Despesas antecipadas		1.307	1.512
Outros ativos		6.847	5.726
Total do realizável a longo prazo		**229.795**	**220.238**
Investimentos	8	25.258	23.689
Imobilizado	9	1.833.642	1.860.167
Intangível	10	2.043.973	2.047.311
		4.132.668	**4.151.405**
Total do ativo		**5.419.774**	**5.231.062**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	11	289.955	242.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	291.530	356.122
Salários, férias e encargos	12	163.646	110.043
Arrendamentos	14	60.697	49.919
Imposto de renda e contribuição social	16.1	661	–
Impostos e contribuições	16.4	20.782	14.934
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15.1	122.241	65.866
Adiantamentos de clientes		12.485	44.201
Provisão para plano de assistência médica	17	6.195	9.839
Outras contas e despesas a pagar		17.661	24.764
Passivo *debranding*		–	75.664
		985.853	**993.772**
Não circulante			
Salários, férias e encargos	12	89.255	22.961
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.540.824	1.751.682
Arrendamentos	14	166.070	199.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	104.699	–
Provisão para plano de assistência médica	17	78.412	171.023
Provisão para processos	24	132.933	133.289
Outras contas e despesas a pagar		23.693	27.111
Total não circulante		**2.135.886**	**2.305.771**
Total do passivo		**3.121.739**	**3.299.543**
Patrimônio líquido	19		
Capital social		435.588	435.588
Reservas de capital		1.047.085	1.047.085
Reservas de lucros		817.386	437.923
Reserva de reavaliação		29	31
Outros resultados abrangentes		(2.053)	10.892
		2.298.035	**1.931.519**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.419.774**	**5.231.062**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida das vendas	**20**	**10.274.626**	**11.741.145**
Custo dos produtos e serviços	21	(7.995.923)	(9.916.648)
Lucro bruto		**2.278.703**	**1.824.497**
Despesas operacionais, líquidas			
Vendas	21	(821.416)	(711.662)
Gerais e administrativas	21	(453.777)	(400.771)
Outras receitas (despesas), líquidas	22	(50.099)	22.322
		(1.325.292)	**(1.090.111)**
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		**953.411**	**734.386**
Receitas financeiras	23	67.852	36.058
Despesas financeiras	23	(338.565)	(354.557)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	23	6.865	8.927
Resultado financeiro líquido		**(263.848)**	**(309.572)**
Resultado de equivalência patrimonial	8.2	4.169	2.146
Lucro antes dos impostos		**693.732**	**426.960**
Corrente		(51.990)	5.503
Diferido		(118.468)	(132.343)
Imposto de renda e contribuição social	**16.3**	**(170.458)**	**(126.840)**
Lucro líquido do exercício		**523.274**	**300.120**
Lucro básico por ação - R$		**1,48**	**0,85**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**523.274**	**300.120**
Outros resultados abrangentes:			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
(Perda) - Plano de assistência médica	17.1	(19.613)	(12.359)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.2	6.668	4.202
Resultado abrangente total		**510.329**	**291.963**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

		Reservas de capital			Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Deságio na transação de capital	Reserva legal	Incentivos Fiscais	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total
Em 31 de dezembro de 2021		**435.588**	**1.060.738**	**(13.653)**	**26.180**	**–**	**147.281**	**–**	**–**	**19.049**	**1.675.183**
Incentivos fiscais SUDENE e Reserva de reavaliação em coligada - Incorporação da Liquigás		–	–	–	–	34.089	(34.127)	–	38		–
Constituição de reserva conforme Assembleia Geral Ordinária de 08/08/2022		–	–	–	–	–	30.239	–	–	–	30.239
Realização da reserva de reavaliação em coligada		–	–	–	–	–	–	7	(7)	–	–
Ajuste avaliação patrimonial - perdas atuariais líquidas		–	–	–	–	–	–	–	–	(8.157)	(8.157)
Lucro líquido do exercício	19.3	–	–	–	–	–	–	300.120	–	–	300.120
Destinações:											
Apropriações em reservas	19.3	–	–	–	15.006	21.650	197.605	(234.261)	–	–	–
Dividendo obrigatório	19.3	–	–	–	–	–	–	(65.866)	–	–	(65.866)
Em 31 de dezembro de 2022		**435.588**	**1.060.738**	**(13.653)**	**41.186**	**55.739**	**340.998**	**–**	**31**	**10.892**	**1.931.519**
Realização da reserva de reavaliação em coligada		–	–	–	–	–	–	2	(2)	–	–
Ajuste avaliação patrimonial - perdas atuariais líquidas		–	–	–	–	–	–	–	–	(12.945)	(12.945)
Lucro líquido do exercício	19.3	–	–	–	–	–	–	523.274	–	–	523.274
Destinações:											
Apropriações em reservas	19.3	–	–	–	26.164	8.015	289.097	(323.276)	–	–	–
Juros sobre capital próprio - JCP		–	–	–	–	–	–	(143.813)	–	–	(143.813)
Juros sobre capital próprio - JCP (proposto)		–	–	–	–	–	56.187	(56.187)	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2023		**435.588**	**1.060.738**	**(13.653)**	**67.350**	**63.754**	**686.282**	**–**	**29**	**(2.053)**	**2.298.035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		693.732	426.960
Ajustes para:			
Resultado de equivalência patrimonial	8.2	(4.169)	(2.146)
Depreciação e amortização	21	164.531	154.304
Resultado com alienações e baixas de ativos	22	15.478	799
Baixa de arrendamento, líquida	22	258	(1.876)
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	23	12.293	13.227
Juros sobre passivo de arrendamento	23	17.706	17.819
Rendimento sobre aplicações financeiras	23	(55.787)	(20.823)
(Reversão) provisão de plano de assistência médica (benefício definido), inclui juros	17.1	(105.064)	28.029
Provisão para perda de ICMS a recuperar e a repassar	22	–	(13.242)
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas	6.1	18.737	6.595
Perdas estimadas em ativo imobilizado	22	52.096	–
Provisão (reversão) para processos	22	806	(14.192)
Reversão *debranding*	22	(25.706)	–
Provisão para indenizações (pensionamentos)		44	628
Reversão para remediação de passivo ambiental	22	(2.155)	(549)
Atualização monetária de depósitos judiciais	24.2	(2.780)	(2.754)
Atualização monetária de créditos tributários	23	(2.148)	(3.944)
Provisão de juros sobre debêntures	23	281.233	298.146
Apropriação do custo de emissão de debêntures	23	4.837	4.837
Resultado alienação investimentos (Gasônia)	22	–	2.845
Aumento (redução) de ativos			
Contas a receber		34.866	(58.557)
Estoques		50.535	(25.102)
Depósitos judiciais		6.672	5.202
Impostos a recuperar		(527)	28.656
Outros ativos		(9.346)	(2.203)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores e contas a pagar		31.428	69.488
Impostos, taxas e contribuições		64.153	(18.000)
Plano de assistência médica (benefício definido)		(10.804)	(6.475)
Pagamentos de contingências		(16.624)	(12.721)
Aumento de salários e encargos sociais		119.897	36.573
Outros passivos		(47.066)	16.889
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional		**1.287.126**	**928.413**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(57.644)	(98.857)
Fluxo de caixa liquido proveniente das atividades operacionais		**1.229.482**	**829.556**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível		(263.602)	(132.754)
Incentivo fiscal depositado		2.603	4.244
Pagamento *debranding*		(49.958)	(20.915)
Venda de imobilizado	22	25.619	22.439
Dividendos recebidos	8.2	2.055	1.382
Recursos líquidos aplicados na atividade de investimento		**(283.283)**	**(125.604)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação empréstimos bancários	13	9.731	38.000
Amortização do principal e juros de empréstimos	13	(57.700)	(65.109)
Pagamento do principal e juros - Arrendamentos	14	(59.253)	(47.576)
Emissão de debêntures, líquido dos custos de emissão	13	197.922	–
Amortização do principal e juros de debêntures	13	(723.766)	(407.898)
Amortização do mútuo com partes relacionadas	15	487	–
Dividendos pagos aos acionistas		(65.866)	(17.000)
Recursos líquidos aplicados na atividade de financiamento		**(698.445)**	**(499.583)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		247.754	204.369
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		274.963	70.594
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		522.717	274.963
		247.754	**204.369**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Transações sobre investimentos e financiamentos que não envolvem caixa	Nota	2023	2022
Direito de uso (arrendamentos)		21.986	42.737
Aquisição de imobilizado e intangível - não pago		28.928	12.822
Venda de imobilizado - não recebido		5.386	2.735
Utilização de depósitos judiciais para pagamento de processos	24.1	3.847	2.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre C, 29º andar, conjuntos 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá *Corporate Towers*, São Paulo (SP), tem por objetivo social a exploração do comércio de gás liquefeito de petróleo - GLP, que abrange o engarrafamento e a distribuição, bem como a comercialização de derivados do petróleo, a prestação de serviços em geral correlatos, inclusive a requalificação de recipientes transportáveis, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres, o comércio de mercadorias e instalações relacionadas à sua atividade, a importação e a exportação em geral e a participação em outras sociedades de qualquer natureza no país ou no exterior como sócia, acionista ou cotista.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 08 de março de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicada, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas e/ou recebidas em troca de bens e serviços.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- **Alteração ao CPC 26 (R1) - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.
- **Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e a outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.4. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

a. Tributação monofásica - ICMS

Em 1º de maio de 2023 ocorreu a implementação da cobrança monofásica do ICMS sobre combustíveis. Nesta nova sistemática estão inseridas as operações com o gás liquefeito de petróleo - GLP, passo significativo para a simplificação do regime tributário do setor.

Em linhas gerais, o sistema monofásico possibilita a incidência do imposto apenas uma vez, no início da cadeia, com tributação por meio de alíquota AD REM em âmbito nacional.

O regime de tributação monofásica do ICMS para combustíveis foi instituído pela Lei Complementar 192, aprovada no Congresso em março de 2022.

Após a instituição da Lei Complementar 192/2022 foram editados os Convênios ICMS 199/2022 e 15/2023 pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) com intuito de regulamentar as normas técnicas de aplicação da monofasia para combustíveis.

No regime de apuração e recolhimento do ICMS monofásico é determinada a alíquota fixa do imposto em reais por quilo do GLP.

A partir da nova lei, com a aplicação da monofasia, ocorreu impacto nas nossas operações de compra, venda e transferências de GLP devido a proibição de apropriação de créditos de ICMS sobre insumos e fretes.

b. Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, (i) federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e (ii) sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de "LC".

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por "LC". Consequentemente, não há qualquer efeito da reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

c. Cálculo Atuarial - Passivo de Benefício de Assistência Médica a Aposentados

A Companhia realizou a mensuração do impacto referente ao evento especial em 30/04/2023 referente à implementação da faixa etária para fins de contribuição dos futuros aposentados da Copa Energia e a troca de operadora de saúde considerando a migração do contrato a partir 01/05/2023.

A mudança acarretou numa redução significativa do passivo atuarial, além disso, nesse mesmo estudo, foram realizadas correções nas bases de dados em função da incorporação. Os efeitos dessas alterações, foram reconhecidas no resultado do exercício corrente como custo de serviço passado.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/12/COPAENERGIA1574826012032024.pdf

Hash:1710192601df9e1ab3138248a0aae8ea6a1805b859

continuação

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A seguir são apresentadas informações apenas sobre políticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia:

Estoques - Nota explicativa nº 7
Arrendamentos - Nota explicativa nº 14
Redução ao valor recuperável *(Impairment)* - Nota explicativa nº 9 e 10
Benefícios concedidos a empregados e aposentados - Nota explicativa nº 17
Estimativas relacionadas a processos e passivos contingentes - Nota explicativa nº 24
Tributos diferidos sobre o lucro - Nota explicativa nº 16
Perdas de crédito esperadas - Nota explicativa nº 6
Vida útil estimada dos ativos - Nota explicativa nº 9

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do encerramento do exercício são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

As políticas contábeis materiais estão descritas nas respectivas notas explicativas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	2023	2022
Caixa	176	98
Bancos	14.502	7.408
Aplicações financeiras (i)	508.039	267.457
Total	**522.717**	**274.963**

(i) As aplicações financeiras são representadas por valores alocados em produtos de baixo risco (perfil conservador) como Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Compromissadas e Letras Financeiras (LF), buscando rentabilidade alinhada à variação do CDI. Em 2023, a rentabilidade média no final do período foi de aproximadamente 102% do CDI.

√ ***Política contábil***

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS E OUTROS RECEBÍVEIS

	2023	2022
Contas a receber	509.734	558.564
Partes relacionadas (Nota nº 15.1)	292	295
Outros recebíveis	3.491	2.222
	513.517	**561.081**
Perdas de crédito esperadas (PCE) - clientes	(38.966)	(32.927)
Total	**474.551**	**528.154**
Ativo circulante	**433.756**	**491.992**
Ativo não circulante	**40.795**	**36.162**

A provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PCE) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do conglomerado econômico ao qual pertencem e as respectivas garantias reais recebidas.

A Companhia tem como procedimento rever tais provisões mensalmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de análise individual de cada cliente que compõe sua carteira.

6.1. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2023	2022
Saldo inicial	(32.927)	(26.961)
Adições	(21.883)	(17.122)
Reversões	3.146	10.527
Baixas	12.698	629
Total	**(38.966)**	**(32.927)**
Ativo circulante	**(1.971)**	**(2.371)**
Ativo não circulante	**(36.995)**	**(30.556)**

6.2. Composição dos saldos das contas a receber - a vencer e vencidos (*Aging*)

	2023			2022
	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas - PCE	Contas a receber, líquidas das perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas das perdas de crédito esperadas
Partes relacionadas	292	–	292	295
A vencer	407.133	(338)	406.795	419.001
Vencidos (*):				
Até 3 meses	22.183	(1.711)	20.472	64.592
De 3 a 6 meses	5.825	(1.860)	3.965	4.744
De 6 a 12 meses	13.417	(2.567)	10.850	4.845
Acima de 12 meses	64.667	(32.490)	32.177	34.677
Total	**513.517**	**(38.966)**	**474.551**	**528.154**

(*) A Companhia não realiza provisão para PCE de títulos vencidos que possuem garantias.

√ ***Política contábil***

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias e de prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário são classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota explicativa nº 6.1).

A mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais está demonstrada na Nota explicativa nº 6 de acordo com a norma CPC 48.

Os valores denominados como “outros recebíveis” são compostos basicamente de alienação de ativos imobilizados.

O prazo médio de recebimento da carteira de clientes é de aproximadamente 19 dias, não havendo, portanto, componente significativo de financiamento aos clientes.

√ ***Estimativas e julgamentos relevantes***

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

Uma provisão é constituída com base no histórico de perdas verificadas (matriz de provisionamento) nos últimos 12 meses, independente de um título estar vencido ou não.

Se um cliente se torna inadimplente, todo saldo relacionado a ele está sujeito à constituição de provisão para perda (efeito vagão), sendo consideradas as garantias reais existentes nesse processo.

7. ESTOQUES

Os estoques incluem produtos derivados de petróleo (em nosso poder e em poder de terceiros), principalmente matéria-prima (GLP, Butano e Propano), material secundário e produto acabado. Os estoques de materiais de consumo são compostos basicamente de materiais operacionais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía estoque de derivados de petróleo em poder de terceiros no montante de R$ 14.990 (R$ 13.408 em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
Matéria-prima	94.225	147.752
Recipientes transportáveis para revenda	13	12
Material secundário	5.820	5.045
Produto acabado	6.710	9.518
Material de consumo	12.871	8.805
Outros	2.348	1.389
Total	**121.987**	**172.521**

√ ***Política contábil***

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. A provisão para perdas ou obsolescência é constituída quando necessário.

8. INVESTIMENTOS

Investimentos	2023	2022
Coligadas	25.258	23.144
Incentivos fiscais (*)	–	545
Total	**25.258**	**23.689**

(*) Incentivos fiscais líquidos de provisão para perda.

8.1. Informações sobre investimentos

	Capital subscrito	Ações ordinárias	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual (%) de participação
Utingás Armazenadora S.A. (*)	30.739	1.780.070	47.141	10.074	33,00%
Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (**)	928	1.384.308	1.490	376	33,33%
Metalúrgica Plus S.A. (**)	4.476	3.000	(769)	(298)	33,33%

(*) Os investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas mutações patrimoniais ocorridas em 30 de novembro de 2023.

(**) Os investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas mutações patrimoniais ocorridas em 31 de dezembro de 2023.

8.2. Mutação dos investimentos

	Utingás	Plenogás	2023	2022
No início do exercício	22.529	615	23.144	22.925
Equivalência patrimonial	4.169	–	4.169	2.146
Dividendos recebidos	(1.937)	(118)	(2.055)	(1.382)
No fim do exercício	**24.761**	**497**	**25.258**	**23.689**

√ ***Política contábil***

Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nos lucros acumulados da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia reconhece perdas adicionais da coligada.

Os dividendos recebidos desses investimentos societários são reconhecidos como redução do valor dos respectivos investimentos.

9. IMOBILIZADO

9.1. Composição do imobilizado

	2023			2022
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	309.258	–	309.258	428.033
Edificações	369.872	(113.136)	256.736	219.067
Instalações industriais	728.903	(472.264)	256.639	220.987
Instalações operacionais	342.065	(127.556)	214.509	168.439
Recipientes transportáveis	595.309	(135.573)	459.736	376.849
Veículos	37.978	(33.776)	4.202	4.509
Móveis e utensílios	32.928	(21.746)	11.182	12.339
Computadores e periféricos	33.299	(25.905)	7.394	8.018
Imobilizado em andamento/obras em execução (i)	68.671	–	68.671	152.520
Benfeitorias em propriedade de terceiros	70.603	(24.733)	45.870	42.096
Direito de uso (arrendamento)	311.502	(112.121)	199.381	227.228
Outros	164	(100)	64	82
Total	**2.900.552**	**(1.066.910)**	**1.833.642**	**1.860.167**

(i) O grupo imobilizado em andamento é composto, principalmente, por obras de modernização das filiais de Belém e Suape.

9.2. Movimentação do custo

	Saldo 2022	Adições	Baixas	Perdas estimadas (i)	Transferências (*)	Saldo 2023
Terrenos	428.033	398	(2.578)	(48.517)	(68.078)	309.258
Edificações	321.971	3.224	(3.052)	–	47.729	369.872
Instalações industriais	681.790	46.499	(28.000)	–	28.614	728.903
Instalações operacionais	292.722	16.153	(15.049)	–	48.239	342.065
Recipientes transportáveis	505.410	121.944	(35.096)	(3.579)	6.630	595.309
Veículos	41.439	1.026	(4.487)	–	–	37.978
Móveis e utensílios	47.076	1.736	(18.427)	–	2.543	32.928
Computadores e periféricos	55.817	4.032	(26.931)	–	381	33.299
Imobilizado em andamento/obras em execução	152.520	60.101	(57)	–	(143.893)	68.671
Benfeitorias em propriedade de terceiros	64.820	–	(117)	–	5.900	70.603
Outros	298	–	(134)	–	–	164
Subtotal - Imobilizado	*2.591.896*	*255.113*	*(133.928)*	*(52.096)*	*(71.935)*	*2.589.050*
Edificações	120.400	11.330	(6.087)	–	(875)	124.768
Veículos	125.768	9.375	(495)	–	(339)	134.309
Equipamentos industriais	44.657	1.281	–	–	–	45.938
Computadores e periféricos	2.331	–	(976)	–	–	1.355
Equipamentos e instalações de informática	5.132	–	–	–	–	5.132
Subtotal - Direito de uso (arrendamento)	*298.288*	*21.986*	*(7.558)*	*–*	*(1.214)*	*311.502*
Total	**2.890.184**	**277.099**	**(141.486)**	**(52.096)**	**(73.149)**	**2.900.552**

(*) Transferência de imobilizado para o grupo Ativo não circulante disponível para venda R$ 72.280 (residual de R$ 69.040), sendo R$ 68.078 de terrenos, R$ 3.780 de edificações, R$ 414 de instalações industriais e R$ 8 de móveis e utensílios. A Companhia avaliou o imobilizado pelo valor recuperável que está superior ao valor contábil, portanto, não houve ajuste.

(i) Perda por *impairment* no valor de R$ 48.517 referente a terrenos cujo valor recuperável é menor que o valor contábil.

	Saldo 2021	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo 2022
Terrenos	429.070	–	(1.037)	–	428.033
Edificações	267.195	933	(28)	53.871	321.971
Instalações industriais	391.153	7.854	(1.593)	284.376	681.790
Instalações operacionais	674.943	14.054	(1.413)	(394.862)	292.722
Recipientes transportáveis	491.267	60.951	(29.510)	(17.298)	505.410
Veículos	43.156	–	(1.490)	(227)	41.439
Móveis e utensílios	30.832	441	(3.567)	19.370	47.076
Computadores e periféricos	58.927	627	(490)	(3.247)	55.817
Imobilizado em andamento/obras em execução	142.416	30.551	(4)	(20.443)	152.520
Benfeitorias em propriedade de terceiros	64.864	–	(46)	2	64.820
Adiantamento a fornecedores	351	–	–	(351)	–
Outros	458	–	–	(160)	298
Subtotal - Imobilizado	*2.594.632*	*115.411*	*(39.178)*	*(78.969)*	*2.591.896*
Edificações	125.008	12.547	(17.155)	–	120.400
Veículos	98.607	29.474	(2.313)	–	125.768
Equipamentos industriais	40.649	4.008	–	–	44.657
Computadores e periféricos	2.600	–	–	(269)	2.331
Equipamentos e instalações de informática	4.768	364	–	–	5.132
Subtotal - Direito de uso (arrendamento)	*271.632*	*46.393*	*(19.468)*	*(269)*	*298.288*
Total	**2.866.264**	**161.804**	**(58.646)**	**(79.238)**	**2.890.184**

(*) Refere-se ao crédito extemporâneo de PIS/COFINS.

9.3. Movimentação da depreciação

	Taxa depreciação % ao ano	2022	Depreciação	Baixas	Transferências (*)	2023
Edificações	2 a 4	(102.904)	(14.193)	1.083	2.878	(113.136)
Instalações industriais	5,88 a 10	(460.803)	(35.519)	23.704	354	(472.264)
Instalações operacionais	2 a 20	(124.283)	(11.943)	8.670	–	(127.556)
Recipientes transportáveis	4	(128.561)	(20.835)	13.823	–	(135.573)
Veículos	5 a 33,33	(36.930)	(1.153)	4.307	–	(33.776)
Móveis e utensílios	3,33 a 20	(34.737)	(1.991)	14.974	8	(21.746)
Computadores e periféricos	4,35 a 33,33	(47.799)	(4.814)	26.708	–	(25.905)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	(22.724)	(2.063)	54	–	(24.733)
Outros	6,67 a 10	(216)	(13)	129	–	(100)
Subtotal - Imobilizado		*(958.957)*	*(92.524)*	*93.452*	*3.240*	*(954.789)*
Edificações direito de uso		(24.214)	(10.872)	1.565	3.118	(30.403)
Veículos direito de uso		(25.140)	(28.175)	270	(2.690)	(55.735)
Equipamentos industriais direito de uso		(19.385)	(6.031)	–	786	(24.630)
Computadores e periféricos *leasing*		(2.321)	(7)	975	–	(1.353)
Subtotal - Direito de uso (arrendamento)		*(71.060)*	*(45.085)*	*2.810*	*1.214*	*(112.121)*
Total		**(1.030.017)**	**(137.609)**	**96.262**	**4.454**	**(1.066.910)**

(*) Transferência de imobilizado para o grupo Ativo não circulante disponível para venda R$ 3.240 (residual de R$ 69.040), sendo R$ 2.878 de edificações, R$ 354 de instalações industriais e R$ 8 de móveis e utensílios.

	Taxa depreciação % ao ano	2021	Depreciação	Baixas	Incorporação	2022
Edificações	2 a 4	(78.573)	(8.207)	(16.128)	4	(102.904)
Instalações industriais	5,88 a 10	(180.826)	(26.521)	(254.554)	1.098	(460.803)
Instalações operacionais	2 a 20	(424.817)	(25.140)	325.179	495	(124.283)
Recipientes transportáveis	4	(125.506)	(23.501)	10.856	9.590	(128.561)
Veículos	5 a 33,33	(37.002)	(1.332)	221	1.183	(36.930)
Móveis e utensílios	3,33 a 20	(20.856)	(1.509)	(15.399)	3.027	(34.737)
Computadores e periféricos	4,35 a 33,33	(45.498)	(6.321)	3.561	459	(47.799)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	(21.561)	(1.180)	–	17	(22.724)
Outros	6,67 a 10	(458)	173	69	–	(216)
Subtotal - Imobilizado		*(935.097)*	*(93.538)*	*53.805*	*15.873*	*(958.957)*
Edificações		(16.457)	(9.223)	(3.028)	4.494	(24.214)
Veículos		(9.448)	(21.034)	3.029	2.313	(25.140)
Equipamentos industriais		(10.075)	(6.282)	(3.028)	–	(19.385)
Computadores e periféricos		(2.199)	–	(122)	–	(2.321)
Equipamentos e instalações de informática		(3.028)	–	3.028	–	–
Subtotal - Direito de uso (arrendamento)		*(41.207)*	*(36.539)*	*(121)*	*6.807*	*(71.060)*
Total		**(976.304)**	**(130.077)**	**53.684**	**22.680**	**(1.030.017)**

A Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do Imobilizado e não houve alteração.

√ ***Política contábil***

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os principais ativos da Companhia, vinculados às atividades de envase, acondicionamento e armazenamento de GLP, são representados por Equipamentos para envase, Recipientes transportáveis e Tanques estacionários, além das Edificações.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;

- Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, se necessário;

- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele bem.

As partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os custos de manutenção dos recipientes transportáveis são tratados como despesas quando incorridos, pois não é possível a identificação do ativo para a correta alocação deste custo ao bem.

Os custos de manutenção e requalificação de tanques e recipientes estacionários são alocados aos ativos, pois aumentam a vida útil do bem.

Quando os recipientes transportáveis, recipientes estacionários ou tanques não podem ser requalificados, estes são sucateados e baixados dos controles da Companhia.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), inclusive na venda de recipientes transportáveis, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia reclassifica do ativo imobilizado para o ativo circulante na rubrica ativos não circulantes mantidos para venda quando há expectativa de conclusão da operação de venda em até um ano a partir da data da classificação e existência de avaliação econômica que permita estimar o montante que será base para a devida reclassificação. Se o valor contábil for menor que o valor justo será feito impairment.

Em 2023, a Companhia reclassificou para ativo mantido para venda o terreno localizado na cidade de Osasco - SP no valor contábil de R$ 69.040.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesa.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão descritas na Nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

No segmento de distribuição de GLP é comum a realização de cessão de recipientes transportáveis e outros equipamentos necessários a armazenagem e consumo do GLP. São celebrados contratos de cessão de uso destes ativos e marcas com os revendedores que comercializam os produtos da Companhia. Como estes bens são retornáveis, a depreciação é feita com base na vida útil econômica.

√ ***Estimativas e julgamentos relevantes***

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas, exceto a perda por redução ao valor recuperável do ágio, somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O teste de impairment nos ativos foram realizados em 31 de dezembro de 2023 de acordo com o CPC 01. A Companhia conduziu o teste de impairment com base no método de fluxo de caixa descontado, utilizando uma taxa de desconto (WACC) de 14,34%, incluindo uma taxa de crescimento de 3,5%, as premissas foram consistentes com práticas passadas e as condições de mercado atuais. Após a análise, a administração concluiu que não há indicação de perda por impairment, considerando o nível de unidade geradora de caixa. Os valores contábeis dos ativos são considerados recuperáveis, e nenhum ajuste por impairment foi necessário.

A Companhia também efetuou teste de impairment individual de 5 terrenos, cujo o valor recuperável é menor que o valor contábil e foi registrado perda estimada no montante de R$ 48.517 .

Vida útil estimada dos ativos

Os principais ativos da Companhia, vinculados às atividades de envase, acondicionamento e armazenamento de GLP, são representados por Equipamentos para envase, Recipientes transportáveis e Tanques estacionários, além das Edificações.

A vida útil destes ativos e o valor residual são revisados anualmente. Esta revisão considera indicadores técnicos definidos pelos fabricantes, a manutenção e a forma de utilização destes bens, entre outros fatores que podem influir nesta avaliação. Também é avaliada a existência de qualquer nova ocorrência que justifique a alteração das premissas utilizadas até então, para o estabelecimento da vida útil e do valor residual dos bens.

Caso as expectativas sejam diferentes das estimativas anteriores, há uma orientação para que sejam modificados os prazos de vida útil e valor residual, com a correspondente mudança de estimativa contábil.

10. INTANGÍVEL

10.1. Composição do intangível

	2023			2022
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Software	168.251	(111.474)	56.777	31.228
Marcas, patentes e direitos	283.623	(33.562)	250.061	269.001
Relacionamentos com clientes	338.753	(10.514)	328.239	338.186
Ágio por rentabilidade futura	1.408.896	–	1.408.896	1.408.896
Total	**2.199.523**	**(155.550)**	**2.043.973**	**2.047.311**

10.2. Movimentação do custo

	2022	2023			
	Saldo	Adições	Baixas	Transferências (*)	Saldo
Software	178.116	20.860	(37.177)	6.452	168.251
Marcas, patentes e direitos	287.413	3.735	(728)	(6.797)	283.623
Relacionamentos com clientes	338.753	–	–	–	338.753
Ágio por rentabilidade futura	1.408.896	–	–	–	1.408.896
Total	**2.213.178**	**24.595**	**(37.905)**	**(345)**	**2.199.523**

(*) Transferência de intangível para o imobilizado.

	2021	2022		
	Saldo	Adições	Transferências (*)	Saldo
Software	173.547	12.695	(8.126)	178.116
Marcas, patentes e direitos	293.280	–	(5.867)	287.413
Relacionamentos com clientes	358.213	–	(19.460)	338.753
Ágio por rentabilidade futura	1.408.896	–	–	1.408.896
Total	**2.233.936**	**12.695**	**(33.453)**	**2.213.178**

(*) Contêm crédito extemporâneo de PIS/COFINS no valor R$ 1.310.

10.3. Movimentação da amortização

	Taxa amortização % ao ano	2022	Amortização	Baixas	Transferências	2023
Software	10 a 20	(146.888)	(4.972)	37.176	3.210	(111.474)
Marcas, patentes e direitos	2,94 a 6,66	(18.412)	(12.003)	63	(3.210)	(33.562)
Relacionamentos com clientes	2,78	(567)	(9.947)	–	–	(10.514)
Total		**(165.867)**	**(26.922)**	**37.239**	**–**	**(155.550)**

	Taxa amortização % ao ano	2021	Amortização	Transferências (*)	2022
Software	10 a 20	(145.380)	(6.426)	4.918	(146.888)
Marcas, patentes e direitos	2,94 a 6,66	(17.244)	(11.554)	10.386	(18.412)
Relacionamentos com clientes	2,78	(10.080)	(9.946)	19.459	(567)
Total		**(172.704)**	**(27.926)**	**34.763**	**(165.867)**

(*) Refere-se a crédito extemporâneo de PIS/COFINS.

√ ***Política contábil***

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por impairment, quando existentes. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia (Nota explicativa nº 10). É composto por direitos que incluem, principalmente, marcas, patentes, softwares e ágio na aquisição de carteira de clientes que possuem vida útil definidas.

O ativo intangível é avaliado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC).

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), têm a recuperação do seu valor testada pelo menos anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

√ ***Estimativas e julgamentos relevantes***

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O teste de impairment em ágio foi realizado em 31 de dezembro de 2023 de acordo com o CPC 01. A Companhia conduziu o teste de impairment com base no método de fluxo de caixa descontado, utilizando uma taxa de desconto (WACC) de 14,34%, incluindo uma taxa de crescimento de 3,5%, as premissas foram consistentes com práticas passadas e as condições de mercado atuais.

Após a análise, a administração concluiu que não há indicação de perda por impairment, os valores contábeis dos ativos intangíveis são considerados recuperáveis e nenhum ajuste foi necessário.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Passivo circulante	2023	2022
Fornecedores nacionais	209.464	175.619
Fornecedores - risco sacado	1.453	–
Fornecedores estrangeiros	552	18.163
Partes relacionadas (Nota 15.1)	16.837	8.006
Contas a pagar	61.649	40.632
Total	**289.955**	**242.420**

√ ***Política contábil***

Os fornecedores e contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (reverse finance operation) por duas instituições financeiras. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas com a Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo de maneira significativa (preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

12. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS

Os saldos relativos aos Salários, férias e encargos, de curto e longo prazos, concedidos aos empregados estão representados a seguir:

	2023	2022
Provisão de férias	61.610	63.170
Participação nos lucros ou resultados - empregados	15.893	14.644
Participação nos lucros ou resultados - gestores (ICP) [1]	29.805	18.136
Salários e encargos	15.154	15.672
Plano de incentivo de longo prazo (ILP) [2]	130.335	21.246
Programa de remuneração variável anual (RVA) [3]	104	136
Total	**252.901**	**133.004**
Passivo circulante	**163.646**	**110.043**
Passivo não circulante	**89.255**	**22.961**

[1] O Programa de Incentivo por Resultados (ICP) foi instituído pela Companhia em 2021 e estabeleceu um reconhecimento financeiro para o corpo Gerencial/Executivo baseado no atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais.

[2] O Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) foi instituído pela Companhia em 2021 e estabeleceu um incentivo financeiro para os executivos (estatutários ou não estatutários) de presidente, vice-presidente ou diretor da Companhia baseado no atingimento de metas.

Em 2023, a Companhia efetuou recalculo de acordo com as definições do plano de Incentivo a Longo Prazo (ILP), refletindo o delta do EBITDA dos últimos 3 anos e o saldo da dívida líquida, gerando um complemento de provisão no montante de R$ 89.255.

[3] O Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) foi instituído pela Petrobras em 2017 e tem como base o Decreto nº 8.945/2016, artigo 37, parágrafo 5º, e na Lei nº 6.404/1976, artigo 152 e seu parágrafo 1º. Os artigos 34 e 35 do Estatuto Social da Liquigás, vigente até 23 de dezembro de 2020, estabeleceu os limites e o rito de aprovação da remuneração dos administradores e membros dos comitês estatutários, bem como os limites da remuneração variável dos diretores.

Como o programa foi descontinuado, por se aplicar às empresas estatais, a Companhia mantém o registro do saldo a pagar aos diretores que permaneceram após a reestruturação do corpo diretivo, cuja liquidação será feita de acordo com o direito adquirido durante a gestão anterior.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Descrição	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	51.660	87.336
Debêntures	1.780.694	2.020.468
Total	**1.832.354**	**2.107.804**
Passivo circulante	**291.530**	**356.122**
Passivo não circulante	**1.540.824**	**1.751.682**

13.1. Composição

Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Taxa	Amortização	2023 Circulante	2023 Não circulante	2022 Circulante	2022 Não circulante
FINAME	IPCA	3,1% a.a. + TLP	Mensal	–	–	261	–
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)	IPCA	2,351% a.a. + IPCA	Mensal	296	293	300	587
Capital de giro	CDI	2,5% a.a. + CDI	Mensal	27.852	–	19.616	27.778
Total moeda nacional				*28.148*	*293*	*20.177*	*28.365*
Cédula de Crédito Bancário - LOAN 4131	CDI/SWAP	3,05% a.a. + CDI	Trimestral	23.219	–	15.994	22.800
Total moeda estrangeira				*23.219*	*–*	*15.994*	*22.800*
Total				**51.367**	**293**	**36.171**	**51.165**

Debêntures

Emissão	Emissor	Tipo de emissão	Vigência	Qtde. de títulos	Valor unitário (R$)	Valor da emissão (R$ milhões)	Encargos	Forma de amortização	2023 Circulante	2023 Não circulante	2022 Circulante	2022 Não circulante
2ª Emissão	Copa Energia	Série Única	10/12/2030	1.950	1.000	1.950.000	DI + 1,7% a.a.	Semestre com carência	229.413	1.376.468	229.412	1.605.881
2ª Emissão (juros)		Série Única							10.646	–	14.825	–
4ª Emissão	Copa Energia	2ª Série	18/09/2025	200	1.000	200.000	DI + 2,95% a.a.	Semestre com carência	–	–	66.667	133.333
4ª Emissão (juros)		2ª Série							–	–	9.047	–
5ª emissão	Copa Energia	Série Única	20/12/2030	200	1.000	200.000	DI + 2,10% a.a.	Semestre com carência	–	200.000	–	–
5ª emissão (juros)									104	–	–	–
Subtotal Debêntures									*240.163*	*1.576.468*	*319.951*	*1.739.214*
Custo emissão									–	(35.937)	–	(38.697)
Subtotal Custos de transação									*–*	*(35.937)*	*–*	*(38.697)*
Total									**240.163**	**1.540.531**	**319.951**	**1.700.517**

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/12/COPAENERGIA1574826012032024.pdf

Hash:1710192601df9e1ab3138248a0aae8ea6a1805b859

→★ continuação

COPA energia

copagaz liquigás

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13.2. Movimentação

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Saldo em 31/12/2021	**59.152**	**2.125.384**
Ingressos	38.000	–
Juros e atualização monetária	9.244	302.982
Amortização - Principal	(9.946)	(115.707)
Amortização - Juros e atualização monetária	(9.114)	(292.191)
Saldo em 31/12/2022	**87.336**	**2.020.468**
Ingressos	9.731	197.922
Juros e atualização monetária	12.293	286.070
Amortização - Principal	(44.932)	(429.411)
Amortização - Juros e atualização monetária	(12.768)	(294.355)
Saldo em 31/12/2023	**51.660**	**1.780.694**
Passivo circulante	**51.367**	**240.163**
Passivo não circulante	**293**	**1.540.531**

13.3. Prazo de vencimento

	Empréstimos e financiamentos			Debêntures
Circulante	**Moeda nacional**	**Moeda estrangeira**	**Total**	**Total**
2024	28.148	23.219	51.367	240.163
Total	**28.148**	**23.219**	**51.367**	**240.163**
Não circulante	**Empréstimos e financiamentos**			**Debêntures**
2025	293	–	293	223.420
2026	–	–	–	263.421
2027	–	–	–	263.421
2028	–	–	–	263.421
2029 - 2030	–	–	–	526.848
Total	**293**	**–**	**293**	**1.540.531**

A Companhia possui alguns contratos de debêntures que incluem cláusulas de compromissos (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2023, os índices requeridos pelas instituições financeiras foram plenamente atendidos pela Companhia (Nota explicativa nº 25.4.2).

13.4. Reconciliação da dívida líquida

	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Caixa total	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	**2.107.804**	**274.963**	**1.832.841**
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(47.969)	247.754	(295.723)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	496.285	–	496.285
Encargos financeiros e variações cambiais	(294.355)	–	(294.355)
Obrigações performadas	(429.411)	–	(429.411)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	**1.832.354**	**522.717**	**1.309.637**

√ ***Política contábil***

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

A Companhia emitiu debêntures não conversíveis reconhecidas inicialmente ao custo incorrido na transação e são subsequentemente demonstrados ao custo amortizado. Os valores são apresentados líquidos do custo de captação (Nota explicativa nº 13).

14. ARRENDAMENTOS

Os arrendamentos incluem, principalmente, edificações, cessão de uso onerosa, terrenos e veículos. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	2023	2022
No início do exercício	**249.624**	**246.728**
Adições	11.435	23.478
Remensuração	10.546	22.915
Baixas	(4.490)	(14.537)
Pagamentos do principal	(40.367)	(29.118)
Pagamentos dos juros	(18.886)	(18.458)
Juros sobre arrendamentos incorridos no exercício	18.905	18.616
No fim do exercício	**226.767**	**249.624**
Passivo circulante	**60.697**	**49.919**
Passivo não circulante	**166.070**	**199.705**

Ano	Valor presente líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor de prestações não descontadas
2024	46.755	16.250	63.005
2025	39.485	13.287	52.772
2026	35.305	10.749	46.054
2027	23.130	8.579	31.709
2028	8.714	7.647	16.361
2029	1.821	7.279	9.100
2030 em diante	71.557	146.218	217.775
Total	**226.767**	**210.009**	**436.776**

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arredamento sem direito ao crédito de PIS e COFINS	58.859	52.445
Contraprestação do arredamento com direito ao crédito de PIS e COFINS	377.917	174.322
PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) potencial	34.957	16.125

√ ***Política contábil***

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental (Nota explicativa nº 14).

√ ***Estimativas e julgamentos relevantes***

Os pagamentos dos arrendamentos devem ser descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

A taxa incremental utilizada na Companhia para mensuração do valor presente dos arrendamentos é obtida por intermédio da curva da estrutura a termo de juros (ANBIMA), considerando a NTN-B (pós-fixada) e agregando o CDS Brasil (Credit Default Swap) à essa taxa, cuja soma resulta na taxa base de arrendamento "base". Para reproduzir o efeito dos riscos relacionados às diferentes garantias dos ativos, foi considerado no cálculo o rating de risco para o país (ambiente econômico em que a Companhia opera), por ser o mesmo parâmetro utilizado pelo mercado (instituições financeiras e seguradoras) nas operações de empréstimos e de garantias, que configura a taxa de captação da Companhia, cujo risco nunca poderá ser inferior ao do país. Assim, é feita a diferenciação por tipo de garantia colateral aplicando a taxa de arrendamento "base" aos bens de direito de uso com garantia hipotecária (imóveis) e para os demais ativos é aplicada a taxa de arrendamento "base" ajustada pelo rating divulgado pela Standard & Poors relativo à classificação de risco atribuída ao país.

A média das taxas incrementais utilizadas para descontos dos fluxos de pagamentos durante o exercício de 2023 foi de 7,61% ao ano.

15. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas decorrem do andamento normal das operações e foram realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

15.1. Saldos e transações com partes relacionadas

	2023							2022
	MS Administração e Participações S.A.	**Itaúsa S.A.**	**NHL Requalificadora de Vasilhames para GLP Ltda.**	**Transtodogaz Locação e Transporte Rodoviário de Cargas Ltda.**	**Itaú Unibanco S.A.**	**Outras**	**Total**	**Total**
Tipo de relação	Controladora	Acionista não controlador	Controlada em conjunto indireta	Controlada em conjunto indireta	Controlada em conjunto da Itaúsa S.A.	Coligadas		
Saldos								
Ativo circulante								
Aplicações financeiras	–	–	–	–	82.237	–	82.237	56.975
Contas a receber	–	–	–	–	–	292	292	295
Dividendos	–	–	–	–	–	–	–	126
Despesas antecipadas	–	–	–	–	–	5.576	5.576	–
Passivo circulante								
Fornecedores	4	–	3.009	10.632	–	3.192	16.837	8.006
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	–	–	120.082	–	120.082	197.832
Dividendos e JCP	62.433	59.808	–	–	–	–	122.241	65.866
Mútuos a pagar para partes relacionadas	–	–	–	–	–	–	–	487
Passivo não circulante								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	–	–	788.234	–	788.234	936.274
Transações								
Receita de vendas	–	–	64	–	–	3.085	3.149	278
Serviços de frete	–	–	–	(21.397)	–	417	(20.980)	(3.352)
Serviços de requalificação de recipientes	–	–	(19.426)	(520)	–	(25)	(19.971)	(4.914)
Serviço de armazenagem e envasamento	–	–	–	–	–	(9.947)	(9.947)	–
Resultado financeiro	–	–	–	–	(129.605)	(102)	(129.707)	(161.586)
Outras operações	–	–	–	–	–	(3.391)	(3.391)	(1.345)

15.2. Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e do Comitê Executivo da Companhia são apresentadas a seguir:

	2023			2022		
	Diretoria Executiva	**Conselho de Administração**	**Total**	**Diretoria Executiva**	**Conselho de Administração**	**Total**
Salários	16.238	–	16.238	11.397	–	11.397
Honorários	11.312	1.819	13.131	9.805	1.880	11.685
Encargos	4.455	600	5.055	3.775	608	4.383
Benefícios	1.421	–	1.421	1.538	–	1.538
Previdência complementar	28	–	28	29	–	29
Benefício motivado pela cessação do exercício do cargo	–	–	–	204	–	204
Remuneração total - pagamento realizado	**33.454**	**2.419**	**35.873**	**26.748**	**2.488**	**29.236**
Número de membros	**14**	**5**	**19**	**13**	**5**	**18**

√ ***Política contábil***

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com base nos princípios de orientação na celebração e divulgação de transações dessa natureza e em situações em que possa existir potencial conflito de interesses, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

16. TRIBUTOS

16.1. Imposto de renda e contribuição social

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante
Impostos sobre o lucro	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2023**
IRPJ a recuperar / a pagar	3.984	10.643	10.527	9.519	–	–
CSLL a recuperar / a pagar	14	3.680	4.027	3.642	661	–
Subtotal	*3.998*	*14.323*	*14.554*	*13.161*	*661*	–
IRPJ diferido	–	–	–	4.076	–	82.186
CSLL diferido	–	–	–	3.025	–	22.513
Subtotal	–	–	–	*7.101*	–	*104.699*
Total	**3.998**	**14.323**	**14.554**	**20.262**	**661**	**104.699**

16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

	2023	2022	Fundamento para realização
Provisão para plano de assistência médica	28.766	61.493	Pagamentos mensais da assistência médica dos beneficiários assistidos ou reversão de provisão com base na remensuração do passivo atuarial.
Perdas de crédito esperadas - PCE	11.792	11.195	Recebimento ou caracterização de perda de crédito conforme previsto na legislação fiscal (Decreto 9.580/2018, art. 347, § 1º).
Participação nos lucros ou resultados - gestores	37.509	10.963	Pagamento realizado após a verificação do atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais.
Provisão para perda de ICMS próprio	2.782	2.782	Aproveitamento fiscal do crédito de ICMS.
Provisão para perda de ICMS - Portaria CAT e Bitributação	2.310	2.310	Aproveitamento ou ressarcimento do crédito fiscal ou declaração de inconstitucionalidade da legislação vigente.
Provisão para perdas no ativo imobilizado	18.546	834	Baixa efetiva dos recipientes transportáveis quando a avaliação dos assessores jurídicos indicarem que não há perspectiva de recuperação dos recipientes transportáveis comodatados, quando esgotadas todas as medidas jurídicas possíveis.
Mais valia de ativos	31.525	38.187	Depreciação, amortização ou alienação do ativo e com base na vida útil definida no laudo.
Provisão para contingências	20.517	16.684	Trânsito em julgado em última instância, acordo ou decisão favorável à Companhia.
IRPJ s/prejuízo fiscal e CSLL s/ base negativa	20.842	48.124	Geração de lucro real tributável futuro.
Provisão de custo de remediação passivo ambiental	3.819	4.561	Realização pela contratação de empresa especializada para remediação do passivo ambiental do terreno onde estava estabelecido o antigo centro operativo de Osasco.
Provisão para indenizações (pensionamentos)	3.405	3.301	Realização pelos pagamentos mensais de indenização.
Provisão de despesas indedutíveis	11.441	5.254	Registro do documento hábil, conforme previsto na legislação fiscal.
Arrendamentos	8.425	6.996	Dedução pelo valor da parcela efetivamente quitada do arrendamento.
Outros	1.311	1.715	
Subtotal ativos	*202.990*	*214.399*	
Desapropriação de imóvel	(1.187)	(1.240)	Realização pela depreciação dos bens adquiridos.
Atualização de depósito judicial	(10.016)	(9.201)	Trânsito em julgado em última instância, acordo ou decisão favorável à Companhia.
Ganho avaliação a valor justo relativo à permuta de participações	(67.552)	(68.782)	Depreciação, amortização ou alienação do ativo e com base na vida útil definida no laudo.
Ágio rentabilidade futura	(98.853)	(8.740)	Realização por *impairment* ou venda do investimento .
Depreciação vida útil x depreciação fiscal	(129.958)	(119.129)	Ajuste do valor de dedução da depreciação ao limite legal previsto na legislação tributária.
Depreciação vida útil x depreciação fiscal (arrendamento financeiro)	(123)	(206)	Ajuste do valor de dedução da depreciação ao limite legal previsto na legislação tributária.
Subtotal passivos	*(307.689)*	*(207.298)*	
Total (*)	**(104.699)**	**7.101**	

(*) Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão sendo apresentados com base na compensação de ativo e passivo. Com base no Plano de Negócio, a Companhia realizou avaliação da geração de lucro futuro tributável e não identificou a necessidade de realizar ajuste sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

	2023	2022
Saldo inicial	7.101	(2.604)
No resultado:		
Realizações, líquidas	(118.468)	5.503
Perda atuarial	6.668	4.202
Total	**(104.699)**	**7.101**

16.3. Despesas de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos, e considerando as alíquotas previstas pela legislação.

	2023	2022
Lucro antes dos impostos	**693.732**	**426.960**
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas nominais (34%)	(235.868)	(145.166)
Ajustes para apuração pela alíquota efetiva:		
- Juros sobre capital próprio	68.000	–
- Exclusões permanentes, líquidas	(18.298)	(8.498)
- Resultado da equivalência patrimonial	1.417	729
- Incentivos fiscais	3.435	4.585
- IRPJ - Incentivo fiscal de redução (lucro da exploração) e reinvestimento	10.857	21.510
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	**(170.457)**	**(126.840)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(118.468)	5.503
Imposto de renda/contribuição social correntes	(51.989)	(129.655)
Imposto de renda/contribuição social correntes (extemporâneo)	–	(2.688)
Total	**(170.457)**	**(126.840)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	**24,57%**	**29,71%**

Incertezas tributárias

a) Dentre os processos de natureza tributária, a Companhia possui auto de infração cujo objeto decorre de glosa de despesas de amortização de ágio ano-calendário de 2008 para os tributos de IRPJ e CSLL. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado até a presente data é de R$ 61.656 (R$ 56.898 em 2022). De acordo com o ICPC 22, a Administração, com base na opinião de seu assessor jurídico, entende que a discordância com o tratamento fiscal, já demonstrado neste caso pela autoridade fiscal, não impacta seu julgamento e estimativa.

b) Dentre os processos de natureza tributária, a Companhia possui auto de infração em decorrência do suposto aproveitamento indevido de ágio por expectativa de rentabilidade futura relacionado à aquisição da Agip do Brasil S.A. pela Petrobras Distribuidora S.A., amortizado pela Liquigás durante os anos de 2014 a 2016. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado em 2023 é de R$ 93.628 (R$ 101.967 em 2022). De acordo com o ICPC 22, a Administração, com base na opinião de seu assessor jurídico, entende que a discordância com o tratamento fiscal, já demonstrado neste caso pela autoridade fiscal, não impacta seu julgamento e estimativa.

16.4. Impostos e contribuições

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
Demais impostos e contribuições	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
ICMS a recuperar e a repassar / a pagar	67.700	88.133	98.396	82.892	5.255	5.919
Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar	(8.183)	(8.183)	(6.795)	(6.795)	–	–
Crédito PIS não cumulativo	8.283	4.555	13.554	13.554	–	–
Crédito COFINS não cumulativo	31.395	14.763	–	–	–	–
INSS a recuperar	1.480	57	–	–	2.314	1.141
IRRF a pagar	–	–	–	–	10.765	5.295
Outros	74	104	–	1.896	2.448	2.579
Total	**100.749**	**99.429**	**105.155**	**91.547**	**20.782**	**14.934**

A Companhia avalia a recuperabilidade dos créditos de ICMS por unidade operacional e com base na expectativa de geração de negócios com saídas tributadas e ajusta o valor da provisão periodicamente. A Administração julga que o valor provisionado é suficiente para cobrir as perdas esperadas.

√ ***Política contábil***

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil (base anual) para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas e em outros resultados abrangentes.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

√ ***Estimativas e julgamentos relevantes***

A Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável.

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas dos lucros tributáveis futuros contidas no Plano de Negócios para a Companhia, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente.

17. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS, INCLUI PROVISÃO PARA PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

O compromisso da Companhia relacionado à assistência médica (extensão de 18 a 24 meses) é estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho resultante da negociação sindical com os empregados do segmento de distribuição de GLP e atende aposentados e seus dependentes legais. Para aposentados até o ano 1998 o benefício é vitalício.

Conforme o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia em 31 de dezembro de 2023 reconheceu uma provisão relativa ao Benefício Definido (BD) de Assistência Médica pós emprego no montante de R$ 84.607 (R$ 180.862 em 31 de dezembro de 2022).

Em 2023, houve recálculo visando mensurar o impacto do evento especial referente à implementação da faixa etária para fins de contribuição dos futuros aposentados da Copa Energia e a troca de operadora de saúde considerando a migração do contrato a partir 01/05/2023, os efeitos dessas alterações, foram reconhecidas no resultado do exercício corrente como custo de serviço passado.

O plano de assistência médica patrocinado pela Companhia não possui ativo líquido constituído.

O Plano de Previdência Liquigás (PPL) é um benefício do tipo Contribuição Definida (CD). As contribuições relativas ao PPL em 31 de dezembro de 2023 atingiram o montante de R$ 4.274 (R$ 5.151 em 31 de dezembro de 2022).

17.1. Movimentação do saldo da provisão relativa ao benefício de assistência médica

	2023	2022
Saldo em 1º janeiro	**180.862**	**146.949**
(+) Despesa de juros	11.644	13.370
(+) Despesa de serviço corrente	1.065	4.956
(–) Custo de serviço passado (*)	(117.773)	9.703
(–) Benefícios pagos	(10.804)	(6.475)
(+) Perda atuarial sobre obrigação (**)	19.613	12.359
Saldo em 31 de dezembro	**84.607**	**180.862**
Passivo circulante	**6.195**	**9.839**
Passivo não circulante	**78.412**	**171.023**

(*) Reversão de provisão atuarial de custos dos serviços passados, referente a mudança contratual do plano de benefícios pós-emprego, evento especial (redução do plano) ocorrida a partir de 01/05/2023.

(**) A perda atuarial de R$ 19.613 existente em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecida como outros resultados abrangentes líquidos do imposto de renda e da contribuição social no montante de R$ 6.668. Em 31 de dezembro de 2022, a perda atuarial de R$ 12.359 foi reconhecida como outros resultados abrangentes líquidos dos impostos de R$ 4.202.

17.2. Despesa líquida com plano de assistência médica

	2023	2022
Despesas de juros sobre obrigação atuarial	(11.644)	(13.370)
Despesas de serviço corrente	(1.065)	(4.956)
Despesas líquidas no exercício	**(12.709)**	**(18.326)**
Despesas com vendas	(984)	(3.703)
Despesas gerais e administrativas	(81)	(1.253)
Despesas de juros	(11.644)	(13.370)
Despesas líquidas no exercício	**(12.709)**	**(18.326)**

17.3. Análise de sensibilidade

Valor Presente da Obrigação (VPO) em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$ 84.607.

	Análise de sensibilidade	VPO
Taxa de desconto	9,66%	80.671
Taxa de desconto	8,66%	88.903
Inflação médica	Trend + 1%	93.335
Inflação médica	Trend - 1%	77.157

17.4. Premissas

Modalidade	Premissa atual
Plano de benefício	Benefício definido
Método de custeio	Método do Crédito Unitário Projetado (PUC)
Tábua de mortalidade	AT-2000 - Basic, segregada por sexo.
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina
Invalidez	Álvaro Vindas
Composição familiar	Ativos: Para titular do sexo masculino, 88% casados com cônjuge 3 anos mais novo. Para titular do sexo feminino, 50% casadas com cônjuge 1 ano mais velho. Para os participantes assistidos foi considerada a família informada no cadastro.
Idade de Aposentadoria	Homens 59 anos; Mulheres 56 anos
Entrada em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade

	2023	2022
Rotatividade	6,78%	6,78%
Take Up	51,00%	51,00%
Aging factor	2,25%	2,25%
Taxa real de desconto	5,47%	6,18%
Inflação médica	3,50%	3,50%
Inflação de longo prazo	3,50%	3,00%

√ ***Política contábil***

De acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho, as empresas que atuam no setor de distribuição de GLP devem manter plano de assistência médica para os atuais funcionários ainda em atividade e para aqueles que vierem a se aposentar, extensivo aos seus atuais dependentes legais, nos termos da Lei nº 9.656/1998.

O compromisso atuarial com o plano de benefício de assistência médica é provisionado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano [(1)], quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método de crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement), quando ocorrer.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

As remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido reconhecidas em outros resultados abrangentes compreendem os ganhos e perdas atuariais decorrentes da Experiência e variações nas Hipóteses e Premissas.

Os ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

[(1)] Não há ativos garantidores para a liquidação da obrigação atuarial relativa ao benefício oferecido pela Companhia.

A Companhia possui o Plano de Previdência oriunda da aquisição da Liquigás (PPL) que foi implantado na modalidade de contribuição definida para os seus empregados. As contribuições são pagas para uma entidade de fundo de previdência, Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), não gerando nenhuma obrigação legal ou construtiva posterior. A Companhia contribui paritariamente para o plano de contribuição definida, por percentual baseado na remuneração do empregado, sendo essa contribuição levada ao resultado quando incorrida.

√ ***Estimativas e julgamentos relevantes***

Algumas práticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

O compromisso atuarial e o custo com o plano de benefício definido de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- *Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;*
- *Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - representa quanto se espera que os custos médicos hospitalares vão aumentar no longo prazo. Basicamente esta taxa possui três componentes:*

- A inflação geral representa o componente utilizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para avaliar os reajustes dos planos de saúde das operadoras médico hospitalares;

- O segundo componente é a incorporação tecnológica, tanto para fins diagnósticos como terapêuticos;

- A sinistralidade, que representa a taxa de utilização dos recursos e serviços da saúde pelos beneficiários, constitui o terceiro componente que impacta na elevação destes custos. As despesas serão monitoradas por meio de constantes estudos atuariais, como por exemplo a metodologia VCMH/IEES e HCCTR disponíveis no mercado.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido as mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

18. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR), conforme disposto na legislação em vigor, ocorre baseada em Convenção Coletiva de Trabalho, pactuada entre o sindicato da categoria econômica e as entidades sindicais. O saldo provisionado de 2023 está apresentado na rubrica de Salários, férias e encargos no balanço patrimonial (Nota explicativa nº 12).

Em 31 de dezembro de 2023 o montante provisionado relativo à PLR foi de R$ 37.740 e em 31 de dezembro de 2022 o montante provisionado foi de R$ 35.066.

O Programa de Incentivo por Resultados (ICP), estabeleceu um reconhecimento financeiro para o corpo Gerencial/Executivo baseado no atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais.

O saldo provisionado relativo à ICP do exercício de 2023 está apresentado na rubrica de Salários, férias e encargos no balanço patrimonial (Nota explicativa nº 12).

Em 31 de dezembro de 2023 o montante provisionado relativo à ICP foi de R$ 29.805 e em 31 de dezembro de 2022 o montante provisionado foi de R$ 18.136.

√ ***Política contábil***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa nos resultados com base em metodologia e práticas internas da Companhia e aprovada pelo Conselho de Administração e na Convenção Coletiva de Trabalho.

A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 435.588 está representado por 352.429.884 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O Capital social está distribuído conforme segue:

Acionista	Quantidade de ações	Valor R$	Participação
MS Administração e Participações S.A.	179.999.866	263.298.782	51,07%
Itaúsa S.A.	172.430.018	172.288.956	48,93%
Total	**352.429.884**	**435.587.738**	**100,00%**

19.2. Reserva de capital

A reserva de capital é constituída pela diferença (ágio e deságio) entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações ordinárias.

19.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

b) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2023, foram destinados do resultado R$ 8.015, referente ao incentivo para subvenção de investimentos no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

19.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

Ao acionista é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 34 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta de dividendos e de juros sobre capital próprio consignada nas demonstrações contábeis da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas.

continua →★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/12/COPAENERGIA1574826012032024.pdf

Hash:1710192601df9e1ab3138248a0aae8ea6a1805b859

→★ continuação

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é demonstrada conforme segue:

Destinação do resultado	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**523.274**	**300.120**
Apropriação		
Reserva legal	(26.164)	(15.006)
Reserva de incentivos fiscais	(8.015)	(21.650)
Lucro básico para determinação dos dividendos obrigatórios	**489.095**	**263.464**
Dividendo obrigatório e juros sobre capital próprio - JCP	(143.813)	(65.866)
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio - JCP	**(143.813)**	**(65.866)**
Dividendos e juros sobre capital próprio - JCP por ações - R$	**0,41**	**0,19**
Outras apropriações:		
Reserva de reavaliação em coligada	2	7
Reserva de retenção de lucros	(289.097)	(197.605)
Juros sobre capital próprio - JCP (proposto)	(56.187)	–

Composição do JCP		**Valor por ação**		**Montante distribuído**	
	Data do crédito	**Bruto**	**Líquido**	**Bruto**	**Líquido**
Provisionados					
Juros sobre capital próprio	31/03/2023	0,10041	0,08535	35.389	30.081
Juros sobre capital próprio	30/06/2023	0,10433	0,08868	36.770	31.255
Juros sobre capital próprio	30/09/2023	0,10527	0,08948	37.102	31.537
Juros sobre capital próprio	31/12/2023	0,09804	0,08333	34.552	29.369
		0,40806	**0,34685**	**143.813**	**122.241**
Propostos					
Juros sobre capital próprio	31/12/2023	0,15943	0,13551	56.187	47.759
Total		**0,25984**	**0,22087**	**200.000**	**170.000**

19.5. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo.

	2023	**2022**
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício	523.274	300.120
Denominador básico		
Quantidade média ponderada de ações	352.429.884	352.429.884
Lucro básico por ação - R$	1,48	0,85

√ ***Política contábil***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no Estatuto da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pela média ponderada das ações. A Companhia não está apresentando o resultado por ação diluído, pois não possui nenhum instrumento potencialmente conversível em ações, com efeito diluidor nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

20. RECEITA DAS VENDAS

	2023	**2022**
Receita de produtos	10.453.460	11.903.156
Receita de serviços	32.600	46.933
Receita bruta	**10.486.060**	**11.950.089**
Menos:		
Impostos incidentes	(61.661)	(77.804)
Devoluções, abatimentos e comissões	(149.773)	(131.140)
Total	**10.274.626**	**11.741.145**

√ ***Política contábil***

O CPC 47 - Receita de contrato com clientes estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

- *Identificação de um contrato com o cliente;*
- *Determinação das obrigações de desempenho;*
- *Determinação do preço da transação;*
- *Alocação do preço da transação; e*
- *Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período, conforme atendimento das obrigações de desempenho.*

Vendas de produtos

As receitas com a venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) são obtidas através da comercialização do gás adquirido de terceiros. A Companhia opera em dois segmentos distintos, clientes empresariais e revendedores. Para os clientes empresariais, a Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de GLP ao cliente, que é medido por meio de equipamento de leitura, gerando um ticket de medição para aprovação do cliente. No caso de revendedores, o gás é comercializado envasado em recipientes com capacidade que varia entre 5 e 90 quilos, a receita é reconhecida com base no faturamento destes produtos.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas a avaliação segundo o CPC 47 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializadas - com descontos, os quais são substancialmente negociações promovidas pelos clientes.

A receita de vendas reconhecidas nas demonstrações contábeis contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações consideram valores de venda e de recebimento de clientes, revendedores ou consumidores. As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

Venda de serviços

As receitas com vendas de serviços são provenientes de atividades correlatas à comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) e contemplam a requalificação de recipientes, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres e instalações de infraestrutura nos clientes para uso do GLP.

Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Descontos comerciais e negociações comerciais na venda de mercadorias

A contraprestação variável está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentar características e naturezas complexas. Os principais acordos firmados com clientes, levam em consideração a estratégia comercial direcionada ao perfil do cliente (varejista e atacadista).

As bonificações estão atreladas ao volume de vendas, tendo como parâmetro variações das compras anuais dos clientes ou previsão contratual de volumes.

21. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	2023	**2022**
Custo dos produtos e serviços	(7.995.923)	(9.916.648)
Despesas com pessoal, inclui PLR	(500.986)	(551.600)
Depreciação e amortização (*)	(161.893)	(154.304)
Serviços, fretes e alugueis	(246.209)	(163.247)
Materiais aplicados no engarrafamento e requalificação	(115.044)	(66.309)
Publicidade e propaganda	(44.217)	(17.934)
Recuperação de recipientes transportáveis	(30.577)	(37.001)
Manutenção e reparo	(47.574)	(25.626)
Água e energia elétrica	(7.985)	(6.156)
Combustíveis e lubrificantes	(6.123)	(23.713)
Tributárias	(16.279)	(28.135)
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas	(18.737)	(6.595)
Outros	(79.569)	(31.813)
Total	**(9.271.116)**	**(11.029.081)**
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos e serviços	(7.995.923)	(9.916.648)
Despesas com vendas	(821.416)	(711.662)
Despesas gerais e administrativas	(453.777)	(400.771)
Total	**(9.271.116)**	**(11.029.081)**

(*) Em 31 dezembro de 2023, o valor da depreciação e amortização é apresentado líquido dos créditos de PIS e COFINS de R$ 2.638.

√ ***Política contábil***

Os custos dos produtos e serviços vendidos são compostos por matéria-prima, insumos, impostos, fretes e gastos gerais de fabricação.

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS, LÍQUIDAS

	2023	**2022**
Outras receitas		
Venda de ativos	25.619	22.439
Encargos contratuais	–	1.493
Ganhos de processos	2.192	96
Passivos contingentes - menos valia (*)	10.415	22.707
Reversão de *debranding*	25.706	–
Reversão da provisão custo remediação de passivo ambiental	2.155	549
Baixa de passivo de arrendamento	4.490	14.537
Outras	18.440	10.254
Subtotal - Outras receitas	*89.017*	*72.075*
Outras despesas		
Custo com a alienação de investimento (Gasônia)	–	(2.845)
Provisão para processos	(11.221)	(8.517)
Encargos contratuais	(1.266)	(18.525)
Residual imobilizado baixado, principalmente, de recipientes transportáveis sucateados	(41.097)	(16.275)
Baixa de ativo de arrendamento	(4.748)	(12.661)
Perda no inventário de estoque e almoxarifado	(4.603)	–
Perdas estimadas de ativo imobilizado (**)	(52.096)	–
Perda depósito judicial	(2.860)	–
Provisão para perda de ICMS a recuperar e a repassar	–	13.242
Outras	(21.225)	(4.172)
Subtotal - Outras despesas	*(139.116)*	*(49.753)*
Total	**(50.099)**	**22.322**

(*) Trata-se da realização da menos valia de passivo contingente provisionado na Copa Energia referente ao PPA da Liquigás Distribuidora S.A..

(**) Perda por *impairment* no valor de R$ 48.517 referente a terrenos e R$ 3.579 de recipientes transportáveis.

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2023	**2022**
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	55.787	20.823
Juros sobre atrasos e parcelamento de débitos de clientes	8.504	14.188
Outras	3.561	1.047
Total	**67.852**	**36.058**
Despesas financeiras		
Empréstimos bancários	(12.293)	(13.227)
Taxas e comissões bancárias	(2.750)	(4.133)
Juros sobre passivo atuarial	(11.644)	(12.741)
Juros sobre arrendamentos (*)	(17.706)	(17.819)
Juros sobre debêntures	(281.233)	(298.146)
Juros passivos	(8.102)	(3.654)
Amortização do custo de emissão de debêntures	(4.837)	(4.837)
Total	**(338.565)**	**(354.557)**
Variações cambiais e monetárias, líquidas		
Variações monetárias ativas	8.763	14.832
Variações monetárias passivas	(1.898)	(5.905)
Total	**6.865**	**8.927**
Resultado financeiro líquido	**(263.848)**	**(309.572)**

(*) Em 31 dezembro de 2023, os juros são apresentados líquidos dos créditos de PIS e COFINS de R$ 1.199.

√ ***Política contábil***

As receitas financeiras abrangem essencialmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros devidos por clientes provenientes de pagamento em atraso. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência.

As despesas financeiras são essencialmente oriundas de empréstimos e financiamentos, arrendamentos, benefícios a empregados e pelos juros incorridos pela remuneração de debêntures.

24. PROVISÕES PARA PROCESSOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, além dos depósitos judiciais são apresentados a seguir:

24.1. Provisões para processos

A Companhia está envolvida em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, tributário, cível, regulatório, concorrencial e ambiental no curso normal de suas operações, e constituiu provisões de valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	**2023**	**2022**
Trabalhista	48.737	48.223
Tributário	48.076	48.520
Cíveis	34.022	33.244
Regulatório	884	2.188
Concorrencial	920	414
Ambiental	294	700
Total	**132.933**	**133.289**

Inclui o valor justo do passivo contingente adquirido (item 56 do CPC 15 (R1)).

A natureza dos processos provisionados pode ser sumariada como segue:

- Trabalhistas: consistem, principalmente, em reclamações de empregados próprios e terceiros vinculadas as disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões em virtude do desligamento, entre outras coisas.
- Tributários: os processos envolvem, em sua maioria, discussão de valores cobrados pelos fiscos federal (exceto imposto de renda e contribuição social), estaduais e municipais, todos relacionados com a atividade da Companhia e cujos tributos façam parte da operação.
- Cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas em decorrência de sinistros na operação (comercialização do GLP), bem como a discussão envolvendo contratos comerciais com revendedores e prestadores de serviços.

Movimentação das provisões:

	2023							**2022**
	Trabalhista	**Tributário**	**Cíveis**	**Regulatório**	**Concorrencial**	**Ambiental**	**Total**	**Total**
Saldo inicial	**48.223**	**48.520**	**33.244**	**2.188**	**414**	**700**	**133.289**	**52.041**
Adição, líquido de reversão	13.419	2.812	10.677	(377)	506	(195)	26.842	547
Compensação	(2.440)	(1.133)	(233)	(41)	–	–	(3.847)	(43)
Baixas	(4.707)	(63)	(8.135)	(31)	–	–	(12.936)	(1.946)
Valor justo do passivo contingente PPA Liquigás	(5.758)	(2.060)	(1.531)	(855)	–	(211)	(10.415)	82.690
Saldo final	**48.737**	**48.076**	**34.022**	**884**	**920**	**294**	**132.933**	**133.289**

24.2. Cauções e depósitos judiciais

As cauções e os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2023	**2022**
Trabalhista	21.824	26.604
Tributário	21.867	21.627
Cível	13.839	13.597
Regulatório	3.192	3.075
Cauções	415	126
Total	**61.137**	**65.029**

Movimentação das cauções e dos depósitos judiciais:

	2023						**2022**
	Trabalhista	**Tributário**	**Cíveis**	**Regulatório**	**Caução**	**Total**	**Total**
Saldo inicial	**26.604**	**21.627**	**13.597**	**3.075**	**126**	**65.029**	**64.934**
Adição, líquido de reversão	1.169	1.062	900	(82)	413	3.462	(480)
Utilização	(2.440)	(1.133)	(233)	(41)	–	(3.847)	(43)
Atualização	99	1.616	788	277	–	2.780	618
Baixa	(3.608)	(1.305)	(1.213)	(37)	(124)	(6.287)	–
Saldo final	**21.824**	**21.867**	**13.839**	**3.192**	**415**	**61.137**	**65.029**

24.3. Passivos contingentes

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2023	**2022**
Trabalhistas	57.628	52.163
Tributário	930.243	814.435
Cíveis	202.106	190.534
Regulatório	1.863	1.757
Ambiental	3.400	2.765
Concorrencial	59.326	57.672
Total	**1.254.566**	**1.119.326**

Processos trabalhistas: os processos trabalhistas envolvem dois grandes grupos - empregados próprios e terceiros, e discutem, em linhas gerais, pedidos similares, envolvendo horas extras, danos materiais e morais, prêmios ou gratificações e verbas não pagas pelas empresas prestadoras de serviços.

Descrição dos principais processos de natureza trabalhista	**2023**	**2022**
Partes: Ex-Gerente de Vendas x Copa Energia Objeto: Reclamante pleiteia o pagamento de diversas verbas trabalhistas, como horas-extras, diferenças salariais/comissões, indenizações por estabilidade pré-aposentadoria, plano de saúde, adicional de transferência e dano moral. Andamento: Sentença parcialmente procedente. Em fase de recurso.	9.203	8.101

Processos tributários: envolvem, em sua maioria, discussão de valores cobrados pelos fiscos federal, estaduais e municipais, todos relacionados com a atividade da Companhia e cujos tributos façam parte da operação. Relevante informar que para este grupo de processos a discussão ocorre tanto nas esferas judicial ou administrativa.

Descrição dos principais processos de natureza tributário	**2023**	**2022**
Partes: Fazenda Nacional x Copagaz Objeto: Trata-se de Auto de Infração visando a cobrança de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2008, pela desconsideração das operações societárias realizadas em 09/2004, que culminou na glosa de despesas decorrentes da amortização da diferença entre o valor nominal das quotas/ações e o valor pago por elas, em razão da incorporação de sociedade empresária, sob o argumento de simulação. Andamento: Aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração opostos contra a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.	61.656	56.989
Partes: Estado de São Paulo x Copagaz Objeto: Trata-se de 2 Autos de Infração lavrado para cobrança de ICMS. Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Especial do contribuinte.	32.062	29.585
Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Copagaz Objeto: Processo Administrativo decorrente da não homologação de compensação declarada (PIS). Andamento: Aguardando julgamento de Recurso Ordinário.	20.034	18.487
Partes: Secretaria do Estado do Ceará x Copagaz Objeto: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Ceará objetivando a cobrança de débitos supostamente devidos a título de ICMS, atualização monetária, multa, juros e demais encargos. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.	9.603	9.073
Partes: Fazenda Nacional x Copagaz Objeto: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União com o intuito de cobrar débitos de IRPJ e CSLL decorrentes de compensações não homologadas. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.	6.349	6.018
Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Copagaz Objeto: Trata-se de 22 (vinte e dois) processos administrativos tributários, originados da não homologação de compensações que utilizaram créditos de PIS e COFINS apurados pela Companhia, tendo em vista o entendimento da Receita Federal do Brasil ("RFB") acerca da impossibilidade de manutenção de créditos destas contribuições na aquisição de insumos, bens incorporados ao ativo imobilizado e fretes (anos calendário de 2014, 2015 e 2016). Andamento: Aguarda-se julgamento dos Recursos Voluntários.	55.115	51.535
Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Copagaz Objeto: Trata-se de 14 (catorze) processos administrativos tributários, recebidos durante o ano de 2023, originados da não homologação de compensações que utilizaram créditos de PIS/COFINS apurados pela Companhia, tendo em vista o entendimento da Receita Federal do Brasil ("RFB") acerca da impossibilidade de manutenção de créditos destas contribuições na aquisição de insumos, bens incorporados ao ativo imobilizado e fretes. Andamento: Aguarda-se julgamento de Manifestação de Inconformidade	45.674	–
Partes: Estado de Goiás x Liquigás Objeto: Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado de Goiás visando à cobrança dos créditos constituídos nos processos administrativos fiscais - auto de infração de ICMS. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.	28.934	25.511
Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás Objeto: Processo de habilitação de crédito PERD/COMP não homologado - FINSOCIAL. Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário em face da decisão de parcial procedência da Manifestação de Inconformidade anteriormente apresentada.	27.878	25.577
Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás Objeto: Autos de Infração lavrados para cobrança de IRPJ, CSLL, juros e multas por falta de recolhimento de estimativas mensais e multa de ofício qualificada, em decorrência do suposto aproveitamento indevido de ágio por expectativa de rentabilidade futura relacionado à aquisição da Agip do Brasil S.A. pela Petrobras Distribuidora S.A., amortizado pela Liquigás durante os anos de 2014 a 2016. Em 30 de novembro de 2012, houve a cisão parcial da BR Distribuidora S.A., com versão da parcela cindida à Liquigás (incorporação reversa), que passou a ser controlada direta da Petrobras, essa operação tornou a amortização do ágio dedutível. Andamento: Proferida decisão de segunda instância administrativa julgando procedente o recurso voluntário da Liquigás. Aguarda-se publicação e eventual interposição de recurso pela Fazenda Nacional.	93.628	101.967
Partes: Secretaria do Estado de Goiás x Liquigás Objeto: Omissão no registro de entrada de recipientes transportáveis e reservatório P190 referente ao ano de 2014. Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário apresentado em face do novo julgamento.	34.510	30.443
Partes: Fazenda Nacional x Liquigás Objeto: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União com o intuito de cobrar contribuição previdenciária supostamente incidente sobre pagamentos a segurados e empregados a título de Participação nos Lucros e/ou Resultados, visto que alegadamente em desconformidade com a Lei nº 10.101/2000. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.	21.222	21.560
Partes: Secretaria do Estado do Pará x Liquigás Objeto: Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Pará proveniente de débito de ICMS. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução Fiscal.	18.368	16.780
Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás Objeto: Não homologação de crédito compensado em razão de decisão judicial no processo de IRPJ e PIS. Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Especial Fazendário.	15.269	13.104
Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás Objeto: Trata-se de PERD/COMP de débitos de IRPJ e CSLL relativas aos períodos de apuração abril e maio/2011, com crédito oriundo de recolhimento a maior a título de FINSOCIAL, à alíquota excedente de 0,5% do período de apuração de setembro/1989 a março/1992. Andamento: Aguarda-se julgamento de Manifestação de Inconformidade.	12.198	11.144
Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás Objeto: Processo Administrativo decorrente da não homologação de compensação declarada (IRPJ/CSLL). Andamento: Aguarda-se julgamento de Manifestação de Inconformidade.	18.035	15.909
Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás Objeto: Trata-se de 14 (catorze) processos administrativos tributários, recebidos durante o ano de 2023, originados da não homologação de compensações que utilizaram créditos de PIS/COFINS apurados pela Companhia, tendo em vista o entendimento da Receita Federal do Brasil ("RFB") acerca da impossibilidade de manutenção de créditos destas contribuições na aquisição de insumos, bens incorporados ao ativo imobilizado e fretes. Andamento: Aguarda-se julgamento de Manifestação de Inconformidade.	155.349	–

Processos cíveis: em sua maioria e por ordem de relevância, envolvem a discussão oriunda de sinistros decorrentes da operação (comercialização do GLP), bem como a discussão envolvendo contratos comerciais com revendedores e prestadores de serviços. A Companhia possui seguro para cobertura de responsabilidade civil geral na modalidade de reembolso com fixação de POS - Participação Obrigatória do Segurado e franquia mínima para os casos decorrentes de sinistros da operação.

Descrição dos principais processos de natureza cível	**2023**	**2022**
Partes: Empresa de logística x Liquigás Objeto: Rescisão contratual e indenização por danos materiais a título de perdas e danos. Andamento: Atualmente em fase de instrução e perícia para posterior prolação de sentença.	65.059	63.918
Partes: Revenda de gás x Liquigás Objeto: Alega o Autor que em razão de metas inalcançáveis e elevado valor cobrado pela compra do GLP viu-se obrigado a rescindir o contrato firmado com a Liquigás o que lhe trouxe prejuízos. Andamento: Proferida decisão totalmente favorável para a Copa Energia em segunda instância. Aguarda-se processamento de recurso interposto pela Revenda.	19.317	19.317
Partes: Ministério Público Federal x Liquigás e outros Objeto: Declaração de nulidade de propriedade em razão do reconhecimento de área indígena, bem como obrigação de reflorestamento da área. Andamento: Sentença e acórdão declarando nulo o título de propriedade e condenando os réus de forma solidária na obrigação de reflorestamento da área (cerca de 168 mil hectares). O valor informado para a ação se refere ao valor da causa atualizado por estar o processo sobrestado até o julgamento final e definitivo, pelo STF, da repercussão geral reconhecida no RE 1.017.365 que pode alterar a declaração da terra indígena localizada no imóvel vendido pela Liquigás em 2003, bem como qual a área desmatada a ser reflorestada, condições estas que podem alterar o valor da obrigação.	27.769	22.384
Partes: Revenda de gás x Liquigás Objeto: Visa a autora indenização por danos morais e materiais em virtude da não concretização de promessa de vendas que teriam sido feitas e também pela suspensão do fornecimento de GLP. Andamento: Processo encontra-se no STJ, após decisão desfavorável em segunda instância e protocolo de recurso pela Liquigás.	36.554	36.554
Partes: Filhos menores de vítimas de acidente de trânsito x Copa Energia e outros Objeto: Autores pleiteiam indenização por danos materiais, incluindo pensionamento mensal, e danos morais em virtude de acidente de trânsito, causado por motorista de transportadora contratada por revenda de GLP, que levou a óbitos seus genitores. Andamento: Aguardando início da fase de instrução probatória.	9.503	9.097

Processos Concorrenciais: envolvem discussão sobre multas aplicadas pelo CADE, por descumprimento de legislação concorrencial.

Descrição dos principais processos de natureza concorrencial	**2023**	**2022**
Partes: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE x Copagaz e outras distribuidoras congêneres Objeto: Trata-se de ação anulatória com pedido de antecipação de tutela, referente à decisão proferida pelo CADE, na qual a Copagaz foi condenada, por formação de cartel, ao pagamento de multa no importe de 1% do faturamento anual. Andamento: O processo encontra-se suspenso, uma vez que pendente de julgamento do Agravo de Instrumento que discute o aumento do valor da causa pleiteada pelo CADE e acolhido pelo juiz em 1ª instância.	12.034	10.717
Partes: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE x Liquigás e outras distribuidoras congêneres Objeto: Trata-se de ação anulatória com pedido de antecipação de tutela, referente à decisão proferida pelo CADE, na qual a Liquigás foi condenada, por formação de cartel, ao pagamento de multa no importe de 1% do faturamento anual. Andamento: O processo encontra-se suspenso, uma vez que pendente de julgamento do Agravo de Instrumento que discute o aumento do valor da causa pleiteada pelo CADE e acolhido pelo juiz em 1ª instância.	39.456	38.853

√ ***Política contábil***

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

As atualizações das provisões, bem como as atualizações dos depósitos judiciais efetuados para garantia dos processos em discussão, são apropriadas no resultado financeiro.

√ ***Estimativas e julgamentos relevantes***

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, regulatórias, concorrenciais e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e arrendamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco, inclusive operações com moeda estrangeira.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua avaliação:

a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes, fornecedores e outras contas a pagar

Os valores contabilizados são mensurados pelo método do custo amortizado e registrados pelo valor aproximado ao de realização.

b) Captações de recursos

Representado por empréstimos para financiamento do capital de giro em curto prazo e debêntures para pagamentos de curto e longo prazo, mensurados pelo método do custo amortizado e registrados pelo valor aproximado ao de realização.

c) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	**Valor justo por meio de resultado**	**Ativos pelo custo amortizado**	**Passivos pelo custo amortizado**	**2023**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	–	522.717	–	522.717
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	6	–	474.551	–	474.551
Cauções e depósitos judiciais	24.2	–	61.137	–	61.137
Total		**–**	**1.058.405**	**–**	**1.058.405**
Passivo					
Fornecedores e contas a pagar	11	–	–	289.955	289.955
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	–	–	1.832.354	1.832.354
Dividendos a pagar	15.1	–	–	122.241	122.241
Total		**–**	**–**	**2.244.550**	**2.244.550**

	Nota	**Valor justo por meio de resultado**	**Ativos pelo custo amortizado**	**Passivos pelo custo amortizado**	**2022**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	–	274.963	–	274.963
Contas a receber de clientes, líquidas e outros recebíveis	6	–	528.154	–	528.154
Cauções e depósitos judiciais	24.2	–	65.029	–	65.029
Total		**–**	**868.146**	**–**	**868.146**
Passivo					
Fornecedores e contas a pagar	11	–	–	242.420	242.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	–	–	2.107.804	2.107.804
Dividendos a pagar	15.1	–	–	65.866	65.866
Total		**–**	**–**	**2.416.090**	**2.416.090**

d) Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, cauções e depósitos judiciais, assim como fornecedores, contas a pagar, empréstimos e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2023.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

A Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas como Nível 2. Não houve reclassificação no exercício.

Para os níveis 1 e 3 a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

25.1. Gerenciamento de risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A Companhia realiza importação complementar de GLP para atendimento de sua carteira de clientes. Considerando que o GLP possui precificação atrelada a determinados insumos derivados de petróleo no mercado internacional, a Administração entende que não está exposta a riscos cambiais relevantes.

A Companhia não realiza operações em mercado a termo ou de *hedge*.

25.2. Gerenciamento de risco de taxas de juros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão atrelados às taxas pós-fixadas e seu risco se limita à volatilidade das taxas de juros da economia brasileira, SELIC e CDI. As aplicações e captações da Companhia, caracterizadas por operações de curto prazo, são rentabilizadas pela variação do CDI.

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

			Taxa	**Cenários**				
Exposição patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**de juros efetiva em 31.12.2023**	**I Provável**	**II 25%**	**III 50%**	**IV (25%)**	**V (50%)**
Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.832.354	CDI	11,65%	213.469	53.367	106.735	(53.367)	(106.735)
		Efeito		**213.469**	**53.367**	**106.735**	**(53.367)**	**(106.735)**

			Taxa	**Cenários**				
Exposição patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**de juros efetiva em 31.12.2022**	**I Provável**	**II 25%**	**III 50%**	**IV (25%)**	**V (50%)**
Passivos financeiros								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.107.804	CDI	13,65%	287.715	71.929	143.858	(71.929)	(143.858)
		Efeito		**287.715**	**71.929**	**143.858**	**(71.929)**	**(143.858)**

25.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito de clientes, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima era de R$ 997.268 (R$ 803.117 em 31.12.2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa e as contas a receber.

continua→★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/12/COPAENERGIA1574826012032024.pdf

Hash:1710192601df9e1ab3138248a0aae8ea6a1805b859

continuação

COPA energia

copagaz liquigás

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O risco de crédito decorre da exposição de crédito a clientes do segmento empresarial e envasado, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Norma de Crédito e Cobrança. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, bem como para minimizar ainda mais o risco, clientes inadimplentes sem uma posição de regularização da carteira, passam a comprar na condição "A Vista Antecipado" evitando assim aumento na exposição de crédito.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

25.3.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos de crédito

No tocante ao Risco de Crédito e Gestão de Cobrança, a Companhia possui Norma de Crédito e Cobrança na qual estão estabelecidas diretrizes e orientações para as práticas a serem seguidas por todas as unidades da Companhia e monitoradas, definindo claramente as regras para garantir e recuperar os créditos da Companhia no âmbito da Gestão de Cobrança: prazos, formas de atuação corretiva e preventiva, entre outros.

25.3.2. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de crédito e gestão de cobrança

A Companhia utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado em que atua (empresarial e envasado). As regras, bem como as tabelas de alçadas de aprovações, estão definidas na Norma de Crédito e Cobrança da Companhia.

Quanto à Gestão de Cobrança, a Companhia, através da utilização do sistema integrado SAP ECC, tem como principal ferramenta de controle o bloqueio de faturamentos a clientes inadimplentes e para clientes que estejam com seu limite de crédito excedido ou vencido. Este bloqueio faz com que as solicitações de novos faturamentos, antes de sua liberação, passem pela análise da área comercial e financeira da Companhia e com isso o eventual risco na concessão de crédito, bem como de inadimplência, é mitigado consideravelmente.

25.3.3. Garantias utilizadas no gerenciamento de riscos de crédito

É prática da Companhia priorizar a obtenção de garantias (hipoteca) de clientes para as vendas a prazo.

25.4. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazo, financiamento de projetos e transações de vendas. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia deverão continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

	2023			2022		
	Total	Até 1 ano	Superiores há 1 ano	Total	Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	289.955	289.955	–	242.420	242.420	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.832.354	291.530	1.540.824	2.107.804	356.122	1.751.682
Dividendos a pagar	122.241	122.241	–	65.866	65.866	–
Total	**2.244.550**	**703.726**	**1.540.824**	**2.416.090**	**664.408**	**1.751.682**

25.4.1. Gerenciamento de risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia é adequada ao ciclo de investimentos de médio e longo prazo, incluindo financiamento de fornecedores e projetos.

25.4.2. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A Companhia possui contratos de debêntures que estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), de acordo com as práticas usuais de mercado, e que, quando não cumpridas, podem acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

Segue índice requerido de *covenants* financeiros vigentes:

• Dívida líquida/EBITDA (*) menor ou igual a 3,5

	2023	2022
Dívida bruta	1.832.354	2.107.804
Caixa e equivalentes de caixa	522.717	274.963
Dívida líquida	1.309.637	1.832.841
EBITDA	1.119.473	890.835
Dívida líquida/EBITDA	**1,17**	**2,06**

(*) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

A manutenção dos *covenants* está baseada nas demonstrações contábeis da Companhia e, caso a referida obrigação contratual não seja cumprida, a mesma deverá solicitar *"waiver"* dos credores.

Em 31 de dezembro de 2023 todas as obrigações contratuais acima foram atendidas em sua plenitude.

25.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado das vendas e do custo dos produtos vendidos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia.

25.6. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

A Companhia possui cobertura securitária para mitigar o efeito de eventos adversos sobre o seu resultado (Nota explicativa nº 26).

25.7. Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando à continuidade do seu negócio e o aumento de valor para seus acionistas.

As principais fontes de recursos da Companhia têm sido a geração operacional de caixa e os recursos de terceiros obtidos através de empréstimos de longo prazo e captações de curto prazo junto às instituições financeiras.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(522.717)	(274.963)
Empréstimos, financiamentos e debêntures curto prazo (Nota 13)	291.530	356.122
Empréstimos, financiamentos e debêntures longo prazo (Nota 13)	1.540.824	1.751.682
Arrendamentos curto prazo (Nota 14)	60.697	49.919
Arrendamentos longo prazo (Nota 14)	166.070	199.705
Endividamento líquido	**1.536.404**	**2.082.465**
Patrimônio líquido	2.298.035	1.931.519
Endividamento líquido/(Endividamento líquido + Patrimônio líquido)	**40,07%**	**51,88%**

√ ***Política contábil***

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

• Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e

• Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

• Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria; e

• Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem:

• Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA;

• Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e

• Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia realizou a avaliação da determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, com base nos fatos e circunstâncias na data das transações. Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa estejam vencidos ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

26. SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos seus ativos, com fundamento em avaliações de bens conforme técnicas de engenharia para cobertura de sinistros de incêndios, responsabilidade civil e outros.

No entanto, o valor segurado é considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas por eventuais sinistros que venham a ocorrer.

Os itens e valores segurados em 31 de dezembro de 2023 são:

Ativo	Tipos de cobertura	Importância segurada
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Básica (incêndio, raio e explosão) e coberturas acessórias.	195.000
Responsabilidade civil administradores	Perdas financeiras, em consequência da prestação de serviços como atos, erros ou omissões e aos custos de defesas de ações judiciais, danos morais e restituição de imagem.	80.000
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, empregador, contingência de veículos, poluição ambiental, danos morais, erro médico e objetos.	56.000
Veículos	Danos materiais e danos corporais causados a terceiros (por veículo).	1.200

27. AVAIS E GARANTIAS

Os itens dados como garantia em processos estão apresentados no quadro a seguir:

Tipo	Trabalhistas	Tributários e fiscais	Cíveis	Concorrencial	Regulatório	2023	2022
Seguro garantia	30.187	86.391	9.433	24.431	110	150.552	127.212
Carta fiança	–	5.806	–	4.974	–	10.780	19.922
Imóvel	–	20.230	–	–	–	20.230	18.481
Recipientes transportáveis - P13	90	60	–	–	–	150	150
Total	**30.277**	**112.487**	**9.433**	**29.405**	**110**	**181.712**	**165.765**

28. OUTROS ASSUNTOS

Em 2023, a Copa Energia publicou seu segundo Relatório de Sustentabilidade, abrangendo as marcas Copagaz e Liquigás, com base no ano de 2022. O objetivo do Relatório de Sustentabilidade da Copa Energia é fornecer transparência e divulgar informações relevantes sobre as práticas e o desempenho da Companhia nos âmbitos ambiental, social e de governança corporativa. Além disso, o relatório tem como propósito informar sobre as metas estratégicas estabelecidas pela companhia e acompanhar sua evolução ao longo do tempo.

Alinhada aos interesses e demandas de todos os *stakeholders* com os quais se relaciona, a Copa Energia busca realizar um processo de consulta a todos os públicos de interesse, para embasar o Planejamento Estratégico e selecionar os principais temas apresentados no Relatório de Sustentabilidade. Esse processo é chamado de Matriz de Materialidade, atualizada em 2022, que culminou na criação da Estratégia de Sustentabilidade Corporativa.

No eixo Social, a Copa Energia lançou o Programa de Voluntariado Corporativo - "Energia Voluntária". O programa foi responsável por repasses de doações e pela implantação de iluminação solar acessível para a população de baixa renda, em parceria com a Organização Litro de Luz.

Especificamente em relação às mudanças climáticas, a Copa Energia conduz anualmente o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) utilizando a metodologia *do Greenhouse Gases Protocol (GHG Protocol)*, divulgando as informações por meio do Registro Público de Emissões do programa. Em 2022, a Companhia contratou uma consultoria para auxiliar no diagnóstico de possíveis incongruências no relato de emissões e iniciou a implementação de planos de ação para mitigação nos três escopos de contabilização.

O fortalecimento da agenda como um todo segue em curso, e como parte fundamental deste processo, a Companhia irá trabalhar conscientização e engajamento em relação a Cultura de Sustentabilidade, por meio da implantação da Academia de Sustentabilidade. Este projeto foi iniciado no ano de 2023 e seguirá com o cronograma previsto para 2024.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

"Intenção de compra de empresa do segmento de GNC – Gás Natural Comprimido ("GNC")"

Em 29 de fevereiro de 2024 a Copa Energia realizou a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("CCVA") referente à compra de uma empresa do segmento de GNC. A Operação insere-se na estratégia da Companhia de expandir seu portfólio de produtos ao mesmo tempo em que participa da mudança da matriz energética do Brasil na direção de fontes renováveis.

A Copa Energia será detentora da totalidade das ações da empresa alvo e o preço final de aquisição está sujeito a ajustes usuais em operações desta natureza. O fechamento e pagamento da transação será realizado mediante cumprimento de condições precedentes que estão refletidas no CCVA. Não há necessidade de aprovação do CADE.

DECLARAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre C, 29º andar, conjuntos 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá Corporate Towers, São Paulo (SP), inscrita no CNPJ sob nº 03.237.583/0001-67, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Antonio Carlos Moreira Turqueto
Diretor Presidente

Eduardo Elias Zahran Filho
Diretor

Pedro João Zahran Turqueto
Diretor

Letícia de Paula Freitas Birgel - Contadora - CRC 1SP336429/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Copa Energia Distribuidora de Gás S.A.

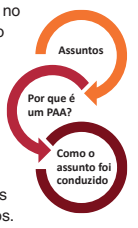
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Nota explicativa 10)

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Liquigás Distribuidora S.A. ocorrida em dezembro de 2020 no montante de R$ 1.408.896 mil.

O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido do GLP, volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado e taxa de desconto, entre outras.

Para efetuar o cálculo do valor recuperável do ágio, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Consideramos que essa área permaneceu como foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como o fato de que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, podem resultar em ajuste material nos resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável do ágio, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado pela administração para a definição da unidade geradora de caixa.

Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética.

Envolvemos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto, análise da metodologia empregada e razoabilidade das projeções.

Em relação às principais premissas adotadas pela administração, como o preço e volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado, avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas, os dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável adotados pela administração são razoáveis. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema, estão adequadas perante a norma.

Porque é um PAA

Provisão para benefício de assistência médica pós-emprego (Nota explicativa 17)

A administração da Companhia efetua avaliação detalhada dos programas de benefícios oferecidos aos seus empregados e ex-empregados e constitui passivo para os benefícios de assistência médica que se qualificam como obrigações pós-emprego.

O cálculo atuarial envolveu a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e definição de premissas com elevado grau de subjetividade, relacionadas com hipóteses econômicas, biométricas, entre outras.

Consideramos que esse tema permanece como um dos principais assuntos de nossa auditoria pois alterações nas principais premissas utilizadas pela administração podem trazer impactos relevantes nas obrigações constituídas relacionadas a benefício de assistência médica pós-emprego.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, obtivemos entendimento e testamos as informações dos participantes nos bancos de dados e a razoabilidade das principais premissas fornecidas pela administração aos especialistas externos para a elaboração dos cálculos atuariais.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em cálculos atuariais, avaliamos a competência técnica dos especialistas externos contratados pela administração, bem como analisamos a coerência geral, lógica e aritmética dos cálculos efetuados. Também efetuamos análise das taxas de desconto e principais premissas utilizadas pelos avaliadores externos. Por fim, efetuamos recálculo do valor presente dos fluxos de caixa das obrigações de assistência médica pós-emprego.

Consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da avaliação atuarial e da provisão para planos de benefício de assistência médica pós-emprego são razoáveis e consistentes com as divulgações nas notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador - CRC 1SP168728/O-4

Esta publicação está disponível no site do Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/12/COPAENERGIA1574826012032024.pdf

Hash:1710192601df9e1ab3138248a0aae8ea6a1805b859